

CELIO DAS NEVES

NOVAS PERSPECTIVAS PARA O MOVIMENTO SINDICAL

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização de Economia do trabalho, Departamento de Economia, UFPR.

Orientador: Prof. Dr. Nelson de Chuereri karam

Curitiba

2003

Agradecimentos

À Universidade Federal do Paraná.
Ao Departamento de Economia.
Ao Orientador Prof. Dr. Nelson de
Chuereri karam pelo acompanhamento
pontual e competente.
Aos professores do Curso de
Especialização.

A todos os que direta ou indiretamente
contribuíram para a realização deste
trabalho, em especial meu amigo Zenir
Teixeira de Almeida, ativo sindicalista que
tanto contribuiu para a construção da
discussão sindical aqui descrita.

Agindo sobre o tecido social, pode-se transformar a espécie humana, melhorar sua sorte, fazer desaparecer suas chagas e suas tares: as más paixões, a violência, a pobreza, a opressão, a injustiça sob todas as formas.

Robert Owen

RESUMO

A evolução política do Brasil favoreceu a reorganização dos sindicatos após os regimes ditatórias. O sindicato tornou-se uma força de enfrentamento às injustiças trabalhistas, tais como arrocho salarial, demissão em massa, ou desrespeito aos direitos do trabalhador. Sua mentalidade política foi moldada pelas greves e pela necessidade de conquista de direitos. As greves deu nascimento a uma estrutura social de enfrentamento ao sistema dominante mercadológico, que alija o trabalhador de seus direitos. Os direitos para o trabalhador relaciona-se a políticas sociais justas e qualidade de vida, com melhores salários e dignidade social. O Sindicato dos fumageiros em Curitiba/Pr. é exemplo de luta contra os desmandos mercadológicos e políticos, através de participação ativa nas questões que atingiram a empresa Phillip Morris por ocasião de fechamento da fábrica em Curitiba e da fusão com a Kraft, além de atividade política no movimento pró Impeachment do então presidente Collor de Mello. As novas perspectivas dos movimentos sindicais perpassam pelos problemas que envolvem a sociedade e participar de discussões e criar movimentos com vistas a resolução de problemas, é parte das novas perspectivas dos movimentos sindicais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. OS MOVIMENTOS SINDICAIS.....	9
1.1. A REORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SINDICAIS	9
1.2. O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FUMO DO ESTADO DO PR.....	11
1.3. O SINDICATO E A CONSTITUINTE	16
1.4. A DÉCADA DE 1990 - O MOVIMENTO SINDICAL E AS NOVAS METAS GOVERNAMENTAIS	19
1.4.1. O Neo-Liberalismo.....	31
1.5 O governo Lula.....	46
1.5.1. As Reformas no governo Lula.....	47
2. UMA VISÃO DE REFORMA SINDICAL COERENTE.....	53
CONCLUSÃO.....	58
BIBLIOGRAFIA	60

INTRODUÇÃO

Elaborar um texto que possibilite uma abordagem mais precisa a respeito da história do Movimento Sindical torna-se extraordinariamente difícil, dado o escasso material escrito e a complexidade deste tema.

Entretanto, procurei neste trabalho abordar de forma sucinta, superficial e empírica alguns aspectos da organização sindical no Brasil, principalmente a partir da reorganização das centrais sindicais da década de 1980 até os dias atuais, tendo como pano de fundo, a história da organização e da atuação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo do Paraná.

Com esta visão, procurei fazer uma contemplação das conjunturas econômicas, políticas e sociais de cada período de governo, entrelaçando os projetos econômicos e políticos com a desenvoltura do movimento sindical e seus posicionamentos diante de cada uma. Uma tarefa hercúlea, dado que foi necessário uma pesquisa histórica e jornalística complexa que pudesse dar-me subsídios com o intuito de destacar os aspectos mais importantes do panorama nacional e de suas conseqüências para o movimento dos trabalhadores.

O objetivo fundamental foi o de abordar a história política e econômica com a atuação sindical para compreender, em cada momento, as dificuldades, as estratégias e táticas, as ações e a evolução do pensamento das lideranças sindicais perante aos projetos governamentais, ao processo de reestruturação produtiva, a luta econômica e política, da realidade em mudança.

Penso que este trabalho está no início e poderá ser desenvolvido de forma mais científica e elaborada. Tanto é assim que toda a sua dinâmica aponta um sentido histórico que não se esgota ao final do texto, pelo contrário, encerro com uma proposta para a discussão, nos Fóruns apropriados, de uma nova estrutura sindical que sirva para alavancar, e não emperrar, o processo de elaboração de um novo modelo de desenvolvimento para o país, das velhas práticas sindicais e para uma nova relação entre o capital e o trabalho, baseada na realidade do país e dos anseios de seu povo.

Espero, sinceramente, que este trabalho, sem pretensão alguma, sirva de algum modo, para ampliar e, de certa forma, contribuir para o debate em curso acerca das reformas tão necessárias para resolver os entraves que dificultam nossa caminhada rumo a construção de uma nação soberana, solidária e muito mais justa.

1. OS MOVIMENTOS SINDICAIS

1.1. A REORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SINDICAIS

Em agosto de 1981 a Primeira CONCLAT marcou o início de um novo tempo no Movimento Sindical Brasileiro. Em Novembro de 1983 o Movimento Sindical unitário, resistindo ao paralelismo e à partidarização criou a CONCLAT-Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. Por diferenças de concepção é criada a CUT-Central Única dos Trabalhadores. Em março de 1986: no processo de organização e luta por uma Central ampla e democrática, é fundada a CGT-Central Geral dos Trabalhadores.

Em editorial da "Revista da CGT" (1986) se afirma: *"Após lutar por mais de vinte anos contra o regime de espoliação e entreguismo, sofrer ameaças e amargar a perda de valiosos companheiros, após ter participado de forma decisiva das manifestações que colocaram um ponto final na ditadura, os trabalhadores brasileiros, representados por 5.546 delegados e 1.341 entidades sindicais do campo e da cidade, reunidos no II CONCLAT, deram mais um firme e decisivo passo na luta pela democracia e pela soberania nacional: a criação da Central Geral dos Trabalhadores - a CGT."*

Para se entender a importância da criação da CGT é preciso conhecer o fator histórico que desmobilizou os movimentos sindicais no Brasil.

Em 1964 o alto comando militar, apoiado pelos setores conservadores, desencadeia um violento golpe militar e, com ele, a dissolução do CGT-Comando Geral dos Trabalhadores, a intervenção nos sindicatos e a cassação e prisão de lideranças sindicais.

Vive-se a partir daí uma fase triste em nossa história, onde as manifestações dos trabalhadores na defesa de seus interesses são duramente reprimidas.

No ano de 1968, resistindo à ditadura e ao arrocho salarial, os trabalhadores organizam o MIA-Movimento Intersindical Anti-Arocho, realizam as

históricas greves em Osasco-SP e Contagem-MG, sofrendo os arbítrios do regime militar.

Em fins dos anos 70, o movimento sindical começa a se revigorar. No ano de 1978 os trabalhadores, rompendo a repressão, realizam centenas de greves por empresas e mais adiante, desenvolvem greves gerais em dezenas de categorias.

Essas mobilizações dão um vigoroso impulso à luta pelas liberdades democráticas e pela anistia. Se organizam, em grande escala, as articulações intersindicais a níveis estadual e nacional (Unidade Sindical, Frente Sindical, Intersindical etc.)

Em novembro de 1979, em reunião nacional do movimento sindical, é convocada a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em agosto de 1981.

A Conferência elabora e aprova um plano de lutas e elege uma Comissão Nacional com a tarefa de encaminhar o projeto de criação da Central Sindical Brasileira.

Durante a ano de 1983, a ditadura tenta aprofundar ainda mais o arrocho salarial e a entrega de nossas empresas estatais ao capital estrangeiro. Essa política determinada pelo Fundo Monetário Internacional recebe o mais firme enfrentamento por parte dos trabalhadores. A disposição de inúmeras lideranças sindicais passou por cima da legislação autoritária, realizando a maior manifestação a nível nacional dos últimos tempos, desembocando no Dia Nacional de Greve e Manifestações em 21 de julho de 1983.

O 21 de julho foi a reafirmação de que a política da grande maioria do movimento sindical, que condenava o paralelismo e a partidarização, estava no caminho certo.

Sob o clima das grandes mobilizações nacionais contra o arrocho salarial, realiza-se em novembro de 1983 o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em Praia Grande-SP, com a presença de 4234 delegados, representando 1243 entidades sindicais de todo o país. Nessa oportunidade, com o objetivo de coordenar a luta dos trabalhadores foi criada a CONCLAT-Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora.

Na época, setores minoritários do movimento sindical, por discordarem dos critérios de respeito às manifestações da base nas eleições sindicais -

defendendo a dupla representação sindical - não participaram do Congresso de Praia Grande; criaram posteriormente a CUT.

A CONCLAT teve uma participação efetiva na campanha das diretas, foi à praça pública e em seguida promoveu encontros com o então candidato das oposições à Presidência da República, Tancredo Neves, e, posteriormente, com o Presidente José Sarney, quando foram debatidas as propostas e reivindicações dos trabalhadores. Apoiou e participou de várias campanhas salariais em todo o país, realizou eventos como o "Dia Nacional de Apoio à Reforma Agrária" - 26 de julho de 1985 - e, promoveu o I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, em janeiro de 1986, que contou com a participação de cerca de 4 mil delegadas do campo e da cidade.

A CONCLAT, neste período, se organizou de forma ampla e unitária em praticamente todos os Estados do País, promoveu plenárias Nacionais de entidades, que tiveram participação massiva do movimento sindical e realizou em preparação ao Congresso Nacional de fundação da CGT, Congressos e Encontros Estaduais.

No Paraná foram realizados vários Encontros Regionais que culminaram no I Congresso Estadual da CGT onde fizeram-se presentes 217 entidades sindicais. O maior congresso da história!

Neste sentido a Central Geral Dos Trabalhadores - CGT, é fruto da luta pela UNIDADE do Movimento Sindical, pela Democracia, por melhores condições de vida dos trabalhadores, e resgata a história de luta dos trabalhadores brasileiros pela soberania nacional e por uma sociedade mais humana e justa.

1.2. O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FUMO DO ESTADO DO PR

O ano de 1985 no Paraná e em particular na capital foi um ano repleto de greves e manifestações contra o arrocho salarial, pelo aprofundamento da democracia na chamada "Nova República" capitaneada pelo então Presidente José Sarney logo após o fatídico falecimento de Tancredo Neves que comoveu o país.

Em editorial a revista "Princípios"(1990) destaca o seguinte: "*Ainda não se conhece inteiramente em que direção vão soprar os ventos da Nova República. A*

palavra de ordem mais corriqueira na área econômica é cortar, cortar mais ainda na carne do povo. Porque o que se corta produz menos ensino, menos saúde, menos moradia, menos emprego, menos seguro social, menos tudo. Mas não se corta onde é preciso cortar - no perdulário orçamento da dívida externa. Tancredo dizia e Sarney diz, igualmente, que não se pagará a dívida com a fome do povo nem à custa do desenvolvimento econômico. Se o governo não está disposto a satisfazer a rapinagem dos credores insolentes com a fome do povo, que suprima, de imediato, o pagamento dos juros da dívida externa. Reduzirá assim, a quase dois terços, o déficit público, o que repercutirá sensivelmente na inflação, na queda da taxa interna dos juros, na retomada do desenvolvimento. Fora daí, a fala presidencial cai no vazio. Converte-se em simples retórica."

Dizia-se que o governo seria de pressão e contra-pressão. Que avançaria de acordo com as pressões da sociedade. A chamada "correlação de forças." Não deu outra. O ano de 1986 foi marcado pelo início do processo de privatização das estatais. Com o argumento esdrúxulo de que as estatais seriam a causa do déficit orçamentário elevadíssimo que pressiona os índices inflacionários o governo conjuga o verbo privatizar.

Agenor Silva e Carlos Umberto Martins do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais em análise do Plano Cruzado dizem o seguinte: *"Os cinco meses do Plano Cruzado, completados em julho, comprovam que os trabalhadores reagiram com sabedoria às novas condições. Aplaudiram e apoiaram o congelamento de preços (uma antiga reivindicação popular), mas também estão contestando com firmeza os aspectos salariais do pacote. A luta pela reposição e por aumentos se generalizou, deixando evidente que o tabelamento do preço da força de trabalho no nível fixado pelo governo é inaceitável. O processo inflacionário brasileiro refletiu um aumento acentuado no grau de exploração dos trabalhadores. O "ajuste interno" da economia para adaptá-la aos interesses dos banqueiros estrangeiros, imposto pelo FMI, exigiu que uma grande parte da produção fosse voltada para o mercado externo. Consistiu na diminuição forçada da disponibilidade de bens para o consumo da população (inclusive com a destruição de algumas atividades próprias do mercado interno), num processo do qual necessariamente decorreu a alteração da relação (já precária) entre a quantidade de dinheiro em circulação e de mercadorias em oferta, sem modificar de imediato a demanda. A alta acelerada dos preços tornou-se conseqüentemente, inevitável.*

A sangria de nossas riquezas resultou numa série de distorções. Agravou o déficit público sobretudo para o pagamento da dívida."

Neste contexto a onda de greves que se viu correspondeu a uma necessidade: a luta pela reposição integral das perdas decorrentes da inflação, na forma de uma indenização equivalente ao valor corroído no período.

É em meio a esta realidade que os trabalhadores da Phillip Morris do Brasil, cerca de dois mil operários, mobilizam-se para buscar no Acordo Coletivo as suas perdas salariais. Até então desorganizados, dado que não tinham Sindicato, era a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Paraná que negociava em nome destes trabalhadores.

Os diretores da empresa convocam assembléia dentro da fábrica, como ardil para pressionar os trabalhadores a aceitarem um acordo que não correspondia ao que lhes era de direito. Um ativista da CGT-Central Geral dos Trabalhadores, Zenir Teixeira de Almeida, descobre a assembléia, dado que a Federação era uma das entidades que participava do processo de organização da Central no Paraná, desloca-se até a fábrica, entra "clandestinamente" na assembléia, conversa com os operários mais expressivos, apesar de temerosos, e incita-os a não aceitarem o acordo. Propõe a não aceitação do acordo e a greve como forma de buscar não só as perdas salariais, mas também melhores condições de trabalho. Conclama os trabalhadores a saírem da fábrica. Todos se levantam e se dirigem para a saída. Na porta da fábrica a primeira greve dos trabalhadores da Phillip Morris Brasil é organizada.

Os trabalhadores acampam em frente a fábrica. Fazem manifestações e aí surgem toda a sorte de reivindicações, desde o fim dos maus tratos dos chefes, as discriminações contra as mulheres, o excesso de carga horária de trabalho, melhorias no restaurante da empresa, maior participação dos trabalhadores nas decisões, democratização da CIPA, a estabilidade no emprego, etc.. Além da reivindicação principal que era a reposição integral das perdas salariais.

Foram oito dias de greve. A greve foi julgada legal pelo juízes do Tribunal Regional do Trabalho, o que deu impulso e força ao movimento. A empresa cede diante da organização e disposição dos trabalhadores. Não só a reposição das perdas salariais é conquistada como também a demissão de alguns diretores da empresa e a estabilidade do emprego.

Esta experiência fortaleceu a importância da organização sindical destes trabalhadores. As lideranças que se destacaram, sob a orientação da CGT e membros do PC do B (Partido Comunista do Brasil) passam a organizar a Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo do Paraná. Sem representação legal, os trabalhadores continuam a serem representados pela FETIA. Inicia-se o processo de transformação da Associação em Sindicato. Os trabalhadores passam a participar das atividades intersindicais e do processo de organização da central através da CONCLAT. Participam do I Congresso Estadual da CGT.

Em março de 1987, o então, presidente da Associação assina um Acordo Coletivo que põe fim a uma das maiores conquistas dos trabalhadores nas indústrias de fumo do Paraná: a estabilidade no emprego. A negociata é denunciada pelas lideranças mais expressivas e uma nova Diretoria assume a direção da Associação.

Em junho de 1987 o "Plano Bresser" congela os preços dos aluguéis e salários por três meses. A inflação dispara: um por cento ao dia, 366 por cento ao ano. O índice de correção dos salários, Unidade de Referência de Preços fica desacreditado. Foi o chamado "Plano Cruzado III". Recrudescer a recessão. O Ministro Bresser Pereira afirma que a economia havia crescido demasiadamente sendo "necessário contê-la". Sua palavra de ordem foi: "reduzir o crescimento" para criar a "estabilidade".

"O 'Plano Bresser' é, em muitos aspectos, execução de uma política econômica com sentido antinacional. Consolida um brutal arrocho salarial - o maior da história do país -, busca combater o déficit público com os mesmos instrumentos recomendados pelo FMI (corte na folha de pagamentos, investimentos e gastos sociais, fundamentalmente), Por outro lado, incentiva as exportações, ao introduzir uma maxidesvalorização do cruzado e promover variações cambiais - diárias - superiores à taxa de inflação", afirmam Agenor Silva e Humberto Martins do CEPS, "Debate Sindical" (Fevereiro, 1988, pg. 23)

O ano de 1988 foi decisivo para os trabalhadores nas indústrias de Fumo do Paraná. A Associação continua o seu trabalho diário de levantar as reivindicações dos trabalhadores e brigar para que sejam atendidas. Em matéria do "Jornal Indústria e Comércio," de 29 de fevereiro de 1988, lê-se o seguinte: "A Associação dos Trabalhadores na Indústria do Fumo, realiza assembléia no

Casarão Comunitário do Conjunto Oswaldo Cruz II. Neste encontro será decidido a adesão ao movimento de paralização de suas atividades. A categoria, formada por cerca de 1.300 trabalhadores, e com data base em 1º de março, iniciou a campanha salarial em janeiro. Na Quinta-feira, em mesa redonda entre representantes da categoria e da empresa, na Delegacia Regional do Trabalho, a empresa não apresentou contraproposta às reivindicações dos trabalhadores. Na próxima Quarta-feira estarão novamente reunidos para decidir a questão. Eles reivindicam 50,12% de reposição salarial, 16,87% de produtividade e 25% de aumento real, num total de 119%. Além das cláusulas sociais, querem 50% de hora-extra nas duas primeiras horas, e 100% nas demais, e 300% aos sábados, domingos e feriados. Em entrevista ao I&C, o presidente da Associação José Agnaldo Pereira, disse que a categoria 'está disposta a paralisar as atividades, caso as reivindicações não sejam atendidas.'

Um documento da Procuradoria Regional do Trabalho, Portaria nº 42/88, a Sra. Sueli Aparecida Erbano, Procuradora Regional, "resolve designar os Srs. Manoel Barbosa e Jorge Gregory como Presidente e suplente da mesa apuradora da Assembléia Geral Extraordinária, para a deliberação ou não do exercício de greve, a ser realizada no dia 29 de março de 1988, conforme determina o Edital da Empresa Phillip Morris S/A."

Em Assembléia geral no dia 25 de março de 1988, os trabalhadores decidem por aceitar a contraproposta da empresa e desta forma a greve não foi deflagrada.

A Associação recebe a "Carta Sindical", (o que caracteriza ainda o atrelamento da organização sindical ao Ministério do Trabalho). É reconhecido então o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo do Estado do Paraná.

"Considerando que a requerente atendeu todas as exigências contidas na Legislação em vigor; considerando a prevalência dos sindicatos específicos sobre os ecléticos; considerando a manifestação da Federação dos Trabalhadores em Alimentação; considerando o apurado em diligência; considerando que no mais dos autos consta, resolve a Comissão de Enquadramento Sindical, em sessão ordinária, por unanimidade, de acordo com o parecer do relator, opinar pelo deferimento da investidura sindical da 'Associação dos Trabalhadores na Indústria do Fumo do Paraná, com a dispensa da exigência contida na alínea "a" do artigo

515 da CLT, passando a denominar-se SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIA DE FUMO DO ESTADO DO PARANÁ, ENTIDADE DE 1º GRAU, representativa da categoria profissional 'Trabalhadores na Indústria do Fumo', integrante do 1º grupo - Trabalhadores na Indústria da Alimentação do plano da CNI, com base territorial no Estado do Paraná. Brasília, 25 de janeiro de 1988, Diário Oficial. Geraldo Mugayar, relator."

Tratava-se, agora, de organizar a estrutura operacional que iria representar os trabalhadores, construir sua sede própria, organizar a administração, a arrecadação, a filiação e as lutas dos seus representados.

A eleição da primeira diretoria do Sindicato teve chapa única. Na verdade foi a Diretoria da Associação que assumiu a Diretoria do Sindicato dada a unidade, a representatividade e a confiança que os trabalhadores tinham na Associação.

Quatro meses depois a Diretoria do Sindicato entra com ação pedindo o pagamento de periculosidade para os eletricitistas. A empresa resolve pagar. Mas demite muitos trabalhadores. Célio das Neves, Agnaldo Pereira e Alberto Gomes, então diretores do Sindicato, lideram os trabalhadores.

1.3. O SINDICATO E A CONSTITUINTE

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a nova Constituição do Brasil, abre novas perspectivas para o Movimento Sindical Brasileiro. Mecanismos que o Estado tinha para controlar os sindicatos deixaram de existir. Além de garantir que "é livre a associação profissional e sindical", o art. 8º Capítulo II da Constituição é taxativo ao "proibir a interferência e a intervenção do Poder Público na organização Sindical".

Desta forma, desaparecem o monopólio do Ministério do Trabalho na concessão das cartas sindicais, o Estatuto Padrão, a proibição à organização dos servidores públicos, o controle arbitrário do governo sobre as contribuições financeiras dos trabalhadores, a tutela sobre as eleições sindicais. O Estado perdeu o poder de Intervir nos Sindicatos cassando Diretorias, nomeando juntas ou mesmo o fechamento das entidades. Entretanto a Constituição deixou muitas questões para a legislação complementar e ordinária. Ao afirmar que "a Lei não

poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato", o que é uma vitória da autonomia, a nova Carta fala num "órgão competente" para registrar as entidades. Ainda mais se considerarmos que a Constituição garante o princípio da unicidade e que este órgão é que deverá zelar por ela, evitando a fragmentação dos sindicatos no país. É perceptível que este órgão seria o que está se discutindo no Fórum Nacional do Trabalho e nas Conferências Estaduais do Trabalho hoje estabelecidos, que é a necessidade de uma Comissão de Enquadramento Sindical organizada e definida pelo conjunto do Movimento Sindical Brasileiro.

O ano de 1989 é o ano do "Plano Verão" que cria o "cruzado Novo". O novo pacote do Governo José Sarney representa mais um duro golpe nos interesses dos trabalhadores e do país, arrojando os salários e afundando o Brasil na recessão. Os trabalhadores preparam-se para dar resposta ao Plano Verão: a greve geral. Este plano obrigou, inclusive, a retomada das articulações unitárias e fez com que os setores mais governistas, mudassem o seu discurso e abandonassem a comédia do pacto social proposto. A sucessão Presidencial era fator que iria polarizar ainda mais a disputa entre os setores progressistas e os conservadores da sociedade. Era importante buscar a unidade dos trabalhadores e das forças populares e democráticas.

Das divergências políticas, ideológicas e de ação existentes no seio do movimento sindical, é criada a "Força Sindical" como alternativa político sindical do Governo, com o chamado "sindicalismo de resultados". Das divergências também dentro da CGT-Central Geral dos Trabalhadores, surgem a Confederação Geral dos Trabalhadores e a Corrente Sindical Classista-CSC, tendência Sindical da qual o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo do Paraná, passou a fazer parte. Unifica-se posteriormente com a CUT- Central Única do Trabalhadores.

Em artigo da Revista Debate Sindical (Março de 1990), por José Carlos Ruy, lê-se o seguinte: *"A presença comunista na CGT ficou inviável, porém, depois de 1988, quando a direita sindical - representada pelo "sindicalismo de resultados" de Luiz Antonio Medeiros e Rogério Magri - tomou de assalto a direção da entidade. A evolução para a formação de um movimento sindical independente e classista foi rápida; em abril de 1988, num encontro realizado em campinas, com a presença de delegados de 220 entidades sindicais, foi ratificada*

a idéia de formação da Corrente Sindical Classista. O Primeiro Congresso da CSC, realizado em fevereiro de 1989 teve presença de dois mil delegados, representando 600 entidades sindicais."

As reações ao Plano Verão espraiam-se pelo país inteiro.

Em matéria do Jornal "o Estado do Paraná" (04 de março de 1990) destaca-se o seguinte: "Os cerca de 1.200 funcionários da Phillip Morris fazem uma assembléia às 17h30 para decidir se iniciam ou não uma greve por tempo indeterminado a partir de Segunda-feira. Eles reclamam de uma defasagem de 80,8% enquanto a contraproposta oficial é 40,05%. Segundo o Presidente do Sindicato, José Agnaldo Pereira, a greve deve começar, se até o horário da assembléia não for feita nenhuma nova proposta. 'As diferenças são muito grandes e a paralização pode ser a nossa única escolha", afirmou.

Em 07 de março de 1989, o jornal "Gazeta do Povo" estampa manchete: "*Greve na Fábrica de Cigarros de Curitiba*". "*Uma passeata pelo centro de Curitiba marcou ontem o primeiro dia de greve dos 1.300 empregados da Phillip Morris. As máquinas estão paradas. O Diretor da Empresa, Carlos Alberto Lau, disse: "Permanecemos durante todo o dia com o nosso parque industrial totalmente parado. A produção média semanal da indústria é de 360 milhões de cigarros, que abastecem todos os Estados brasileiros e continua..." "Muita gente participou da manifestação na tarde de ontem"*.

O jornal "Indústria & Comércio" diz: "Fumageiros vão ajuizar dissídio. Os trabalhadores fizeram passeata e assembléia geral na Praça Rui Barbosa. O Jornal "Curitiba Hoje" (7 de março de 1989), também: "Phillip Morris Parou e vai faltar cigarro." E continua... "Muita gente participou da manifestação na tarde de ontem".

Esta passeata foi a primeira manifestação de operários da CIC-Cidade Industrial de Curitiba no centro da capital. Em uma faixa do Sindicato é convocada à greve geral para dias 14 e 15 de março de 1989. Em outra: "Reposição Imediata das Perdas Salariais" e em outra: Por um Sindicalismo Classista e Politizado, Greve Geral, Não ao Pagamento da Dívida Externa".

No dia 21 de março de 1989, o Jornal "Indústria & Comércio" publica matéria onde diz: "TRT concede reposição de 53,75% aos trabalhadores em Greve há quinze dias. Mais 6% de produtividade. O pedido de redução da jornada para 40 horas foi indeferido.

No Jornal "Fumageiros em Luta", nº 2 - Ano I, órgão do Sindicato é feita a avaliação da greve. "A empresa tentou de todas as formas quebrar a unidade dos trabalhadores. Mas o sindicato continua uma rocha. É um sindicato democrático, que decide tudo com os trabalhadores, que tem uma concepção classista, assume a luta dos trabalhadores contra os patrões e o governo. É aí que reside a força do nosso sindicato, que apesar de ser novo é respeitado", afirmou José Agando Pereira. E mais adiante: "Não é querer supervalorizar nosso movimento, mas tivemos papel importante na luta contra o Plano Verão e para o conjunto dos trabalhadores. Éramos a primeira categoria a desafiar o Plano Verão. Os trabalhadores torciam por nós, porque o resultado de nossa greve iria abrir precedente para as negociações futuras. A CUT, a CGT e a CSC tinham decidido pela Greve Geral. Nosso Movimento serviu de estímulo para que a greve no Paraná fosse vitoriosa. Em passeata pela CIC, conseguimos que os trabalhadores da Bosh, da New Roland, SID, Alps e outras empresas, cruzassem os braços contra o Plano do Arrocho. Nossa passeata no centro de Curitiba no dia 8 de março foi saudada pela população com papel picado jogado dos prédios. Enfim, fomos vitoriosos! A greve Geral também foi um sucesso na Capital."

Importante também destacar nesta conjuntura a polarização nas eleições presidenciais. De um lado os setores conservadores com Collor de Melo, de outro os setores progressistas, democráticos e populares, com a Frente Brasil Popular. Este era o quadro que se desenhava para as eleições de novembro.

1.4. A DÉCADA DE 1990 - O MOVIMENTO SINDICAL E AS NOVAS METAS GOVERNAMENTAIS

O palco em que ocorreu a eleição presidencial apresentava um cenário da grave situação do país, seja do ponto de vista econômico, político ou social.

"No balanço geral da economia mundial, em 1986 e 1987 observou-se a desaceleração do crescimento econômico dos países industrializados, a redução dos produtos primários, o aumento dos desequilíbrios externos," afirma Ronald Freitas, Jornalista e membro do Centro de Estudos Sindicais.

Nas três últimas décadas, vem caindo a produção industrial nos principais países capitalistas. Nos EUA, na década de 1957/67 o índice de crescimento foi de 54,5%; na década de 47/77, foi de 31,2%; e na de 77/87 de 31,2%. Na

Alemanha Ocidental, o crescimento em 57/67 foi de 52%; caindo para 46,6% na década de 67/77 e para 17% na de 77/87. O mesmo ocorreu com o Japão em 57/67, o índice era de 148,7%; de 66/77, caiu para 91,5% e em 77/87, para 46,4%. Isso revelou a desaceleração do ritmo de crescimento industrial e o aumento do setor de serviços.

Ao lado da crise econômica, a crise financeira também se manifesta. A dívida externa dos EUA, somava 700 bilhões de dólares. O uso do dólar padrão internacional, moeda não lastreada em ouro, funciona para financiar o déficit americano, levando países como Japão e Alemanha a manterem enormes reservas em dólar para segurar o valor desta moeda.

A dívida externa dos países dependentes, como Brasil, Argentina, México e outros, somava a estrondosa quantia de mais de um trilhão e cem milhões de dólares e se constitui em outro elemento desta crise geral. Estas economias são forçadas pelos credores a estancar o crescimento, a viver na recessão, com inflação gigantesca e profunda crise social e econômica.

No Brasil a inflação era de 60% ao mês, as perdas salariais chegavam a 2% ao dia. Em 1989 a inflação teve recorde histórico de 1.782%. A dívida externa exigia o pagamento de mais de um bilhão de dólares com juros e serviços. Havia é certo, a manutenção de um nível razoável de empregos, a indexação dos salários e certo superávit na balança comercial. Mas a ciranda financeira, os juros astronômicos, a especulação no over e em outros ativos criavam uma situação de descontrole inflacionário. E este é que corrói o valor dos salários.

A dívida interna, correspondia a 20% do PIB, tinha caráter financeiro e crescia em função dos altos juros pagos pelo governo para "rolar" a própria dívida. Assim o dinheiro não é usado para os investimentos públicos o que penalizava sobremaneira a população. Mesmo assim as elites se jactavam ao afirmar que o país era a oitava potência mundial. O que no fundo caracterizava a grande concentração da riqueza por um lado, e por outro o aumento das desigualdades e da exclusão social.

Alguns dados nos mostram esta realidade: aproximadamente 30% da força de trabalho ganhava menos do que um salário mínimo. Os 50% mais pobres da população tinham acesso a cerca de 13,6% da renda nacional, enquanto o 1% mais rico se apropriava da mesma fatia.

As instituições políticas e jurídicas da nação criadas em fins do século passado, quando o capitalismo era muito insipiente, constituiu-se também num entrave ao desenvolvimento político e social. Foi neste contexto que se realizaram as eleições presidenciais.

Após trinta anos sem poder escolher um Presidente da República pelo voto, o povo manifestou-se e criou um outro cenário político no país. O movimento popular e democrático, apesar de haver sofrido uma derrota eleitoral, saiu fortalecido, elevou seu nível de organização e de consciência.

Para o Movimento Sindical era importante analisar o conteúdo das teses e das atitudes do novo governo e, a partir daí, posicionar-se frente à nova realidade.

Citando uma frase do filósofo alemão Walter Benjamim, o economista Gilson Schhwartz, num comentário publicado dia 16 de fevereiro de 1990 pela "Folha de São Paulo", destacou uma das características psicológicas dos períodos de hiperinflação. *"Nos momentos de elevação descontrolada dos preços, a sensação de desconforto e insegurança é tão grande que a partir de um certo instante qualquer terapia que se apresente como capaz de estancar a explosão inflacionária é aceita sem grande resistência pela população."*

O projeto do novo governo consistia no seguinte: privatização, internacionalização e desregulamentação da economia, compreendendo o enxugamento e "modernização" da máquina estatal (com demissões em massa, que atingiria 180 mil servidores). Era na verdade o aprofundamento do modelo econômico que vinha sendo até então implementado: dependência externa, vulnerável ao humor do capital estrangeiro, ostentando uma acumulação de riquezas que, conforme observou o economista João Manuel Cardoso de Mello, 'não encontra qualquer paralelo em todo o mundo.'

O elenco de suas propostas neoliberais aparece como sênto remédio para os males do país. Não é apenas no Brasil que tais idéias são difundidas massivamente e com inegável eficiência; compõem o receituário milagroso recomendado igualmente para o Leste Europeu, assim como para os demais países dependentes do planeta. Veja-se México e Argentina como exemplos.

É como afirmaram na época os economistas, Antonio e Humberto Martins de "A Classe Operária": " A hipótese de que a economia volte a apresentar índices de crescimento sustentado, conforme os ciclos econômicos em que naturalmente se movimenta o modo de produção capitalista, depende

basicamente de capacidade de recuperação dos investimentos, reduzidos pela transferência de recursos ao exterior. A simples conversão de dívida interna em ações de estatais pode não representar nada, não influenciando sobre a massa de excedentes destinadas a reinversões internas, além de que é preciso verificar o real alcance de tal mecanismo na execução das privatizações. E mais adiante... *"Quanto à conversão da dívida externa a experiência indica que seu impacto em termos de redução da transferência de recursos ao exterior, e concomitante aumento da taxa de investimentos, é quase nulo e nem de longe compensa seus efeitos imediatos sobre o processo inflacionário - sem contar o seu caráter desnacionalizante." E ainda... "Da mesma forma, é pouco prudente esperar um milagre proveniente da chamada desregulamentação econômica, incluindo a liquidação da reserva de mercado para a informática. O cenário mais provável que se projeta não é nada animador; faz prever de imediato um aprofundamento do arrocho salarial como meio de aumentar o excedente e a concentração de rendas, além de mais desemprego e sofrimento para as massas."*

A alternativa, portanto, para o Movimento Sindical e popular era a luta e o fortalecimento da oposição ao novo governo. O que não vai ser a estratégia da parcela mais reformista e conservadora do movimento sindical tendente a ser uma linha auxiliar do novo governo, como veremos adiante.

A par de tudo isso, era necessário analisar em profundidade as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. O processo de globalização em curso, a revolução científica e tecnológica, o impacto da aplicação das novas tecnologias, as novas formas de gestão, os novos métodos e relações de produção e de trabalho, enfim o que convencionamos chamar de "processo de reestruturação produtiva".

O Movimento Sindical estava chamado a avaliar esta nova realidade, não só para compreendê-la, mas para poder adaptar-se a ela, formular as suas ações de modo mais científico, o que exigia a negação do "velho sindicalismo" e a estratégia para construir o "novo sindicalismo", capaz de enfrentar os desafios do novo século. O que muitos sindicalistas não reconheceram até hoje ser necessário e inadiável.

O início de 1991 era de preparação da resistência. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo do Paraná, continua a estruturar-se. Sempre buscando aliar suas lutas específicas com as questões mais gerais do país, não

só lutando pelas questões econômicas imediatas, mas também futuras. Numa concepção que hoje vem sendo caracterizada como o "Sindicato Cidadão", inserido na sociedade, na busca de sua transformação.

Dando curso ao processo de reestruturação da produção, a Phillip Morris estabelece um novo sistema de avaliação, que diferenciava os salários por função. "Era uma estratégia para jogar trabalhador contra trabalhador enfraquecer a organização sindical," afirma Alberto Gomes dos Santos, o líder dos mecânicos e responsável pela negociação. Assim, os eletricitistas receberiam 21% de aumento e os mecânicos apenas 4%. O resultado foi o boicote à produção. Uma nova modalidade de luta, agora dentro da fábrica foi implementada: a operação tartaruga. Em dois meses a produção caiu pela metade. Isso vai demonstrando que a estratégia e as táticas de luta vão se modificando de acordo com a realidade política e econômica. As paralisações por melhores condições de trabalho passaram para apenas uma ou duas horas. Isso também se deve ao respeito conquistado pelo sindicato perante aos empregadores. As intensas mobilizações desde a criação da entidade, foram solidificando na medida em que as lutas foram dando ganhos e conquistas para toda a categoria.

Ainda em 1991 é aprovado o desconto da Contribuição Confederativa. Com isso o Sindicato faz caixa, compra um lote na CIC-Cidade Industrial de Curitiba, e inicia a construção de sua Sede Própria.

A ano de 1992 foi cheio de mobilizações e lutas. No processo de negociação salarial, o Presidente da Phillip Morris da América Latina chega para conhecer a Fábrica em Curitiba. No Momento da visita os trabalhadores cruzam os braços por 24 horas como demonstração de "apreço" diante do arrocho salarial.

Em maio de 1991, acontece a primeira grande manifestação unificada dos trabalhadores, a nível nacional, contra a política de arrocho, recessão, desemprego e entreguismo do governo de Collor de Mello. Em levantamento feito desta greve pela CUT, consta que 19 milhões de trabalhadores não compareceram ao trabalho. Vale ressaltar o papel dos trabalhadores em transportes, rodoviários, metroviários, condutores, categorias consideradas estratégicas em qualquer mobilização nacional. Em Curitiba a CGT e a CUT lideraram a manifestação, parando o centro da capital. No interior também houve protestos. O Sindicato dos Fumageiros teve papel importante, principalmente nas

paralizações das fábricas da CIC. O principal líder da "Força Sindical", central dissidente da CGT, Luiz Antonio Medeiros, nos dois dias de greve, encontrava-se na Europa, segundo entrevista de Sérgio Barroso, da CSC-CUT, para a "Revista Debate Sindical"(nº 8, junho de 1991).

Pode-se dizer que a Greve Geral foi parcial, mas deu impulso para as futuras manifestações dos trabalhadores e do povo brasileiro ao projeto econômico e político que vinha sendo implementado pelo governo.

Em julho realizou-se o IV Congresso da Central Única dos Trabalhadores. O debate de idéias e a disputa das "tendências" pela sua hegemonia na direção da Central, se manifestaram de forma intensa.

Este congresso, vale ressaltar, aconteceu em um momento de grandes crises econômicas, políticas e ideológicas, não só no Brasil mas em todo o mundo. Em artigo na revista "Princípios" (nº 23, Dezembro de 1991), "Houve socialismo na URSS?", de Renato Rabelo, vê-se o seguinte: "O vendaval que arrasou o Leste Europeu ameaça apagar meio século de história. Uma onda derrotista tende a negar o primeiro ciclo de luta pelo socialismo no mundo". E mais adiante... contestando estas premissas afirma: "Os paradigmas apresentados, como o pluralismo, a iniciativa individual, as questões existenciais do homem, a afirmação da personalidade do indivíduo, o mercado e a competição capitalista, tornam-se centro das 'verdadeiras' alternativas na atualidade. Chega-se até ao ponto de deturpar a história, negando-se tudo: 'houve somente retrocesso, erros e estagnação; o socialismo não chegou a vigorar em nenhuma parte". (Faço questão de fazer este "parênteses", apesar de não ser objeto de meu trabalho, porque sem dúvida nenhuma, vai balizar por muito tempo ainda os debates acerca dos rumos da humanidade. Voltemos ao Congresso da CUT).

Quando foi formada em 1983, já atuavam em seu interior várias correntes sindicais. A maioria tinha sua identidade nas propostas políticas do PT - Partido dos Trabalhadores. Atuam na central várias tendências, o que lhe confere caráter pluralista, mesmo que seja de uma parcela do movimento sindical. Além das inúmeras tendências internas do PT, ingressaram setores do PDT, PSDB, PSB, PC do B e PCB. A tendência majoritária é a "Articulação"(tendência sindical, com ênfase na luta econômica, que prima pelas reformas e não a transformação radical da sociedade, como pregam as tendências mais classistas defendendo o princípio da "luta de classes" como fator fundamental na luta dos trabalhadores

por uma sociedade mais igualitária, ou seja, a sociedade socialista). Esta realidade acirrou o debate das idéias e o questionamento acerca dos rumos da central, a falta de democracia interna, o economicismo, a burocratização, o imobilismo, foram temas que marcaram o congresso.

O jornalista e diretor do Instituto de Cultura Operária, Roland Freitas, nos dá uma visão deste debate. Diz: *"A CUT é uma grande central. Mas uma central de um país dependente e em crise, com um futuro político incerto. Ela continuará sendo essa grande central se for um elemento chave na luta do povo por um Brasil independente, democrático, senhor de seus destinos. Será uma instituição relevante se compreender que só na busca de uma sociedade superior, o socialismo, os trabalhadores assalariados, superarão de vez a exploração e a miséria. Mas não passará de mais uma experiência frustrada, se prevalecer no seu seio a falta de democracia, a luta sem princípios entre grupos, o caminho social-democratizante que alguns, creio que poucos, querem impor"*.

Para efeito de nossa análise deste período, vale registrar algumas observações: "A política econômica de Collor de Mello está totalmente submetida aos interesses dos credores estrangeiros. Só muda se esse governo for substituído", afirma Wagner Gomes, CUT-CSC; "As recentes medidas econômicas e os discursos oficiais não deixam qualquer dúvida de que a recessão vai se aprofundar. Ela é encarada pelas classes dominantes como único remédio capaz de controlar a inflação. A privatização de importantes estatais e a renegociação da dívida externa foram os exemplos mais marcantes disso. Via recessão Collor conseguiu conter a inflação. Daí porque não acredito em mudança de rota deste governo", explica Durval Carvalho, da "CUT Pela Base"; "A única esperança é que ocorra um estado de bom senso no presidente e ele renuncie. Do contrário, a recessão prosseguirá como sendo a única política do governo", afirma Jair Meneguelli, Presidente da Cut, da Articulação.

Diante do agravamento da situação econômica e política do país, surgem as denúncias de corrupção no governo. As mobilizações e denúncias repercutem nas ruas e no congresso nacional. A CPI para averiguar as declarações de Pedro Collor, irmão do Presidente, referentes as atividades de Paulo César Farias, demonstrou a gravidade da situação. Mas foi o jornal "O Estado de São Paulo" de 26 de maio/1992 que vituperou: "O resultado do Impedimento do Sr. Fernando Collor de Mello será a assunção do Sr. Itamar Franco à Presidência da República.

Sua Exa. tem dado, nesses últimos tempos, provas de ser contrário a tudo que o governo Collor vem fazendo para integrar o país no Primeiro Mundo - e dado provas de que não está à altura do cargo." Ganha contornos de realidade a possibilidade do Impeachment do Presidente.

Foi em 28 de junho de 1992 que, vários partidos de esquerda CUT e CGT, sindicatos como os metroviários e rodoviários de São Paulo decidiram por sucessivas mobilizações. Em Belo Horizonte, PC do B, PT, PDT, além de vários sindicatos mineiros decidiram convocar um ato público de no mínimo 10000 pessoas. No Rio de Janeiro, 600 pessoas reunidas na ABI-Associação Brasileira de Imprensa fizeram um ato contra Collor e decidiram ir às ruas. Por ocasião da Eco-92 programou-se uma "Ala contra Collor".

"O Brasil vem sendo abalado por sucessivas crises políticas. Agora, com a revelação de novos casos de corrupção, a situação toma caráter agudo. O governo apodreceu e não tem mais como permanecer no planalto. Além da corrupção é intolerável o sucateamento da indústria, a liquidação criminosa de estatais de importância estratégica, o escandaloso abandono da pesquisa científica. Não se pode aceitar o desemprego em massa, o violento arrocho salarial e a fome do povo, a pretexto de controlar a inflação", diz o manifesto do PC do B de 26 de maio de 1992.

No 42º Congresso da UNE, realizado de 28 a 31 de maio de 1992, em Niterói-RJ, com 6 mil universitários, 2.011 delegados aprovaram como principal bandeira o "Fora Collor" e decidiram ir às ruas pelo *Impeachment* do Presidente.

Os Presidentes dos partidos de oposição PMDB, PT, PSDB, PSB, PC do B, PPS e PST, reúnem-se em Brasília, dia 1º de julho de 1992 e após avaliar a situação do país, resolvem convocar ato público para 7 de julho no Memorial da América Latina-SP e um comício, na rampa do Congresso Nacional.

A SBPC - Sociedade para o Progresso da Ciência em sua 44º Reunião em São Paulo lembra em nota oficial que "no passado denunciou o arbítrio, a censura, perseguições e discriminações políticas, tortura e violência em geral" e afirma: "valores e princípios éticos que dizem respeito a toda a sociedade brasileira e a defesa da soberania nacional que se expressa sobretudo pela pesquisa científica e tecnológica autônoma, para a qual a política do governo significa uma ameaça mortal, são necessários preservar". Folha de São Paulo, 18 de julho de 1992.

No mês de agosto 40 mil pessoas se fazem presentes em Ato na Praça da Sé em São Paulo convocado pela OAB, Comissão de Justiça e Paz, CNBB, SBPC, CUT, CGT, UNE, UBES, PNBE, e Partidos Políticos.

O Centro de Convenções de Curitiba foi pequeno para abrigar as cinco mil pessoas que compareceram ao ato pelo Impeachment do Presidente. Este ato aconteceu no dia 7 de agosto. Estiveram presentes Luiz Inácio Lula da Silva - PT; Roberto Requião - PMDB, João Amazonas - PC do B, lideranças sindicais e populares, dentre elas estava o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo do Paraná que integrou o fórum das organizações populares pelo impeachment do Presidente.

Convocados pela UNE, mais de 20 mil jovens se manifestaram em São Paulo nas vésperas do Aniversário do Presidente em 11 de agosto de 1992.

Enfim, o país inteiro estava mobilizado contra o projeto político e econômico que vinha sendo implementado e suas conseqüências para o povo e a nação.

Todo este relato é de fundamental importância porque é a experiência vivida pelos trabalhadores e o povo brasileiro.

Dos atos pequenos, em recintos fechados, das pequenas manifestações de rua, chegou-se às grandes passeatas estudantis e comícios de milhares de pessoas nas principais cidades de país. Foi a manifestação de São Bernardo e dos operários do ABC o ingrediente decisivo que faltava à grande avalanche da indignação nacional.

O resultado foi o Impeachment do Presidente.

No jornal "Fumageiros em Luta" de dezembro de 1992 a manchete é a seguinte: "Arregaçar as mangas para que 1993 seja melhor". E seguia dizendo: "A ano que passou não foi o que esperávamos. A política do neoliberalismo do governo Collor, que pregava a modernização da economia, a inserção no primeiro mundo, parece que não passou dos limites da "Casa da Dinda". Ao Presidente, o exílio na mordomia. Ao povo, 'o quinto dos infernos'. Mas os trabalhadores e particularmente os 'Caras-Pintadas' mostraram na rua que ainda há esperanças, que é possível reagir contra tal estado de coisas e construirmos um país mais digno e justo". Em outra matéria, posicionam-se contra a terceirização de alguns setores da empresa, já fruto do processo de reestruturação. E perguntam? - O que esperar do governo Itamar Franco? E respondem: a situação do país é de

instabilidade total; as camadas assalariadas estão em petição de miséria; a classe média está a meras condições de sobrevivência e os pequenos e médios empresários à bancarrota. Terá dois anos de mandato. O máximo que se pode exigir é o mínimo que se pode esperar". E lançam a campanha salarial de 1993, já colocando, com assessoria do Dieese, as perdas salariais do período que com antecipação de 492,08%, pediam INPC de 535,12%. E completavam: De acordo com o INDIFOLHA, o faturamento da Phillip Morris por setor em US\$ bi (1991), Alimentos 28,18 bi; Cigarros 23,84 bi; cerveja 4,06 bi; outros 0,38 bi. E ainda colocam as fotos de sua Sede, agora em fase de construção. E para terminar, anunciam um Encontro dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de todos os países que compõem o Mercosul. O que já caracteriza uma visão extraordinária da necessidade da união dos trabalhadores não só no Brasil, mas da América do Sul e de um tratamento unificado diante das empresas transnacionais. Uma raridade no movimento sindical paranaense.

O ano de 1992 foi cheio de acontecimentos que demonstraram o quanto estavam errados aqueles que previram para depois do fim da bipolaridade um mundo estável, liderado tranquilamente pelos EUA. Segundo estas previsões a "democracia liberal" havia se implantado definitivamente pois "a ameaça vermelha" havia sido derrotada. Os EUA haviam ganho a "guerra fria" e estaria encerrado o período de convulsões e tensões, a história teria chegado ao seu fim.

Entretanto a realidade fala mais alto. Depois de 10 anos, a fórmula neoliberal segundo a qual o mercado é capaz de resolver todos os problemas econômicos, esgota-se e entra em descenso. A crise que desde meados de 1990 havia se instalado nos EUA e na Inglaterra, em 1992 atingiu a Alemanha e o Japão, caracteriza-se pela estagnação e pela recessão econômica, as taxas de crescimento são muito pequenas ou mesmo negativas.

Relatórios da ONU (Organização das Nações Unidas) colocam a nu o elevado custo social da aplicação do projeto neoliberal. Acentuou-se o fosso entre ricos e pobres. Um bilhão de pessoas, na faixa mais alta, tem renda 150 vezes maior do que um bilhão de pessoas na faixa mais baixa. Os 20% mais ricos ganharam mais 60 vezes do que os mais pobres. Os países ricos, com apenas 25% da população mundial consomem 70% de toda a energia produzida, 75% dos metais, 85% da madeira e 60% dos alimentos. Dos 4 bilhões de pessoas que vivem nos 114 países pesquisados, mais da metade vive em áreas rurais e desses,

36% (um bilhão) vivem abaixo da linha da pobreza. Na América Latina de 35 a 44% da população em idade de trabalho se encontra desempregada ou subempregada; na região vivem 270 milhões de indigentes. Por outro lado, entre 10 e 15% da população, com variação de país para país, concentram mais de 50% da renda.

No Jornal "Fumageiros em Luta" de março de 1993, o destaque é a discussão sobre o sistema de governo. O Plebiscito Nacional estava marcado para o dia 21 de Abril. Presidencialismo ou Parlamentarismo. *"Ao votar no plebiscito não estaremos mudando ou aperfeiçoando o sistema econômico, político e social vigente no Brasil, sequer estaremos eliminando o projeto neoliberal que as elites vêm tentando impor, estaremos mudando ou mantendo a forma de governo. Em outras palavras, a decisão que devemos tomar é a de que, dentro do atual sistema econômico, social e político, qual o sistema de governo é mais democrático, possibilita maior participação do cidadão na decisão das grandes questões nacionais, e qual pode propiciar melhores condições para que se possa realizar as reformas que reivindicamos"*. E ao analisar a situação do país destaca: *"Segundo dados do IBGE somente no último ano, a renda per capita brasileira caiu em 1%, e atinge 5,6% de 1980 a 1991. Apenas 3% da população ocupada, 1,8 milhão, tem rendimentos superiores a 20 salários mínimos, enquanto que 52%, mais da metade da população ocupada, tem rendimentos inferiores a dois salários mínimos."*

A sede do Sindifumageiros em construção já abrigava as assembleias da categoria. No dia 19 de fevereiro, cerca de 10 mil plantadores de fumo de mais de 60 municípios gaúchos, catarinenses e paranaenses participaram da assembleia da categoria depois de acamparem em frente a Companhia Souza Cruz, em Santa Cruz do Sul.

As empresas haviam incentivado a produção de fumo, e na época da colheita achataram os preços deste produto. Em outra matéria é comentada a criação da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo. *"Com mais este passo, agora teremos mais força para conquistarmos nossas reivindicações, pois somos mais de 40 mil trabalhadores reunidos numa só voz"*, afirma Alberto Gomes dos Santos eleito segundo tesoureiro da nova entidade. Era a visão da necessidade da unidade dos trabalhadores em nível nacional, e da compreensão maior de que o movimento sindical não pode ficar restrito aos

parâmetros de uma empresa ou mesmo de um Estado, mas deve buscar sua organização no plano nacional, como forma de fortalecer suas lutas.

A década estava perdida, não se tratava de crise episódica, ou conjuntural, são dez anos que atravessam variadas conjunturas políticas, do período final da ditadura, passando pela Nova República aos governos de Sarney e Collor de Melo. Dez anos de crescimento do desemprego, da concentração de rendas, das dívidas externa e interna, das desigualdades sociais, da inflação, ao lado da redução dos índices de crescimento econômico.

De 17 a 19 de setembro de 1993, em meio a grandes mobilizações contra a revisão constitucional proposta pelo governo Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, então ministro da área econômica, realiza-se a Conferência das Américas da Federação Sindical Mundial-FSM e da CGT-Central Geral dos Trabalhadores.

A conferência aprovou carta dirigida aos povos, aos trabalhadores e aos governos da América Latina e Caribe. “Centrais Sindicais de 16 países reunidas na Conferência, rechaçam a chamada política neoliberal promovida pelas grandes corporações transnacionais, incapaz de resolver os problemas que vivem nossos países. Só tem agravado a crise econômica, política, social e moral que atravessamos.” E mais adiante... “Os chamados ‘ajustes’ que os cartéis transnacionais nos pressionam das mais diversas maneiras – que eles mesmo não aplicam em seus países – tem o objetivo de manter seus privilégios e superlucros, se beneficiarem em detrimento das nações, golpear a soberania nacional e aumentar a subordinação política”.

De forma heróica nossos povos tem resistido a tudo isso. No Uruguai o plebiscito reprovou as privatizações. Na Bolívia os trabalhadores paralisaram a entrega das estatais. No Brasil o povo destituiu o corrupto Presidente Collor e tem realizado uma resistência firme e decidida para barrar a liquidação do patrimônio público e a violação da constituição. Na Venezuela e Guatemala a mobilização popular derrubou os corruptos ditadores Andrés Peres e José Serrano. A heróica resistência do povo cubano ao criminoso bloqueio norte-americano estimula nossa solidariedade e nosso ânimo de luta.” Assinam a CPUTAL, CONAT (Argentina), COB (Bolívia), CTCR e CUT (Costa Rica), CTC (Cuba), CTE (Equador), GAWU (Guiana), FUTH (Honduras), CNTP (Panamá), CGTP (Peru), UGT (Porto Rico), CUTV (República Dominicana), CGT (Frqança), CGT (Brasil)

Alexander Zharikov, Secretário Geral da FSM e José Ortiz, Secretário regional da FSM na América. Jornal a “Classe Operária” (nº 111, outubro de 1993).

Em 1994 a sucessão presidencial toma contornos mais definidos. Fernando Henrique Cardoso de um lado e a Frente Popular, democrática e nacionalista de outro, com Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 23 de março de 1994, milhares de trabalhadores realizam manifestações de protesto contra o Plano FHC 2 e a revisão constitucional. Inicialmente havia sido marcada uma greve geral que posteriormente foi transformada em atos de protesto em todos os Estados.

1.1.4. O Neo-Liberalismo

O Plano Neoliberal de Fernando Henrique Cardoso consistia em alguns pressupostos básicos: dolarização da economia, queda de investimentos nas áreas sociais, com menos investimento nas áreas de educação e habitação e dinheiro para o Fundo Social de Emergência, elevação das taxas de juros e recessão. Tudo de acordo com o chamado “Consenso de Washington”. O governo determinou que os salários fossem convertidos pela média de um determinado período. Salários convertidos pela média, preços pelo pico. A URV- Unidade de Referência dos Preços, se transforma em mais um fator de arrocho dos salários e os trabalhadores, outra vez, pagam a conta da redução de uma inflação que não foi criada por eles.

No livro, Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático, que reúne uma série de intervenções de pensadores progressistas, Perry Anderson, define como marco teórico do “neoliberalismo” o livro de Friedrich A. Hayek, O Caminho da Servidão, de 1944. Para Hayek,

As raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse drasticamente os gastos sociais. Daí a necessidade de um Estado forte, no sentido de romper o poder dos sindicatos, controlar a expansão monetária, diminuir os gastos sociais e a intervenção estatal na economia.

Luiz Fernandes, indica três características que seriam os pilares do neoliberalismo:

O primeiro pilar, é a “marcha acelerada da reversão das nacionalizações efetuadas no pós-guerra. Esta maré privatizante marca uma ruptura muito clara com as estratégias industriais anteriores, que valorizavam as empresas públicas como instrumentos fundamentais para um desenvolvimento econômico soberano. O segundo pilar do neoliberalismo seria a crescente tendência a desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado, baseada na superioridade da ‘eficiência do mercado’ em relação ao ‘burocratismo do Estado’. O terceiro pilar se expressaria na ‘tendência a reversão de padrões universais de proteção social estabelecidos com a emergência, em diversos países no pós-guerra, dos Estados de bem-estar social. ()

Atilio Boron, aponta que uma das enormes vantagens que a ofensiva neoliberal logrou obter para o capital financeiro, “o pagamento da dívida externa” pelos países da América Latina, que passaram a destinar para esse efeito recursos e propriedades de caráter público antes “intocáveis”. Diz ele:

O poder do FMI e do Banco Mundial aumentou consideravelmente a partir da década de 80, quando as nações da periferia ou os elos mais fracos do mercado mundial sucumbiram diante do peso combinado da recessão e da crise da dívida. É por isso que a ‘capacidade disciplinadora’ do Banco Mundial e do FMI foi eficaz sobretudo na periferia: na América Latina e na África, muitíssimo menor do que na Ásia, e completamente nula nas economias desenvolvidas.

O pressuposto básico para o estabelecimento da ideologia neoliberal, como expressão do triunfalismo capitalista, foi a derrota do socialismo e a desagregação do antigo campo socialista.

A desregulação, isto é, em sua busca por superganhos, o ideal do capital financeiro era estender para o conjunto do planeta o que já conseguia nos chamados “paraísos fiscais”: não estar sujeito a nenhum tipo de regra e de controle, poder entrar e sair quando bem entendesse, acabar com as leis de controle de registros, de remessas, de origem etc. Enfim, “desregular” as transações financeiras, estabelecer a mais completa liberdade para o capital. Essa desregulamentação incluía o comércio de mercadorias e a própria força de trabalho, ameaçando diretamente os direitos dos trabalhadores. E mais do que isso: para viabilizar a “desregulação” de todos os mercados (financeiros,

commodities, da força de trabalho), passou a ser essencial enfraquecer (ou mesmo destruir) a soberania da maioria das nações, acabar com seus projetos de um desenvolvimento soberano, e, simultaneamente, golpear e quebrar a espinha dorsal do Movimento Sindical.

Diante desta situação o Movimento Sindical procura resistir. No Jornal 'Fumageiros em Luta,' vemos a seguinte avaliação: "Já na década de 80, o processo de reestruturação produtiva ganha forte impulso em decorrência da abertura indiscriminada das importações, do estímulo oficial à concorrência, da privatização das estatais estratégicas.

A inserção subordinada à globalização neoliberal acelera o desmanche do parque industrial, o desemprego em massa e a precarização das condições de trabalho. As novas técnicas de gerenciamento, com todo o seu invólucro de 'participacionismo' e de 'democratização das empresas', visam disputar e ganhar a mente dos trabalhadores, envolvendo-os nas metas de aumento da produtividade e de redução de custos. Possibilitam passar algumas tarefas de supervisão aos próprios trabalhadores, fraturando a classe e reforçando o domínio do capital sobre o trabalho. Além do aspecto econômico, elas também possuem objetivos políticos. Procuram afastar os trabalhadores de seus órgãos de classe, enfraquecendo o movimento operário e sindical. Conformam assim uma nova pedagogia de dominação do capital.

A implementação da automação informacional, com o CNC (Comando Numérico Computadorizado), CLP (Controle Lógico Programável), robótica e outras inovações, resulta na diminuição do trabalho vivo e no desemprego tecnológico.

A automação atinge todos os setores da economia, como comprova o uso da leitura ótica no comércio e do caixa dos bancos. Além do desemprego ela também ocasiona a perda da qualificação profissional – diminuindo o topo da pirâmide da minoria especializada. Apesar de reduzir áreas insalubres e perigosas, multiplica doenças psicossomáticas. Juntamente com os impactos desta 'modernização produtiva', os trabalhadores também são atingidos pelo acelerado processo de precarização do trabalho.

Segundo a revista Exame (1995), 60% das grandes empresas do país terceirizaram ainda mais suas atividades. O trabalho informal, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas, já abarca mais de 50 milhões de brasileiros.

Comprometido até à medula com a lógica do capital, o governo de Fernando Henrique Cardoso toma várias medidas para precarizar ainda mais as condições de trabalho. Negou a convenção 158 da OIT – Organização Internacional, que coloca obstáculos à demissão imotivada. Criou o contrato temporário de trabalho, possibilitando a contratação com menos direitos trabalhistas e tributos às empresas. A reforma administrativa visa eliminar a estabilidade no emprego do funcionalismo. O cínico argumento é o de que a carga tributária é grande e a regulamentação é muito rígida.

Além do combate sem tréguas aos efeitos nocivos da reestruturação, faz-se urgente lutar contra a política econômica ortodoxa imposta pelo governo neoliberal. Sua política de abertura indiscriminada das importações, suas medidas de contenção do consumo interno, de entrega do patrimônio nacional, provoca o desemprego em massa, o arrocho, a redução dos investimentos nas áreas sociais, a informalidade no trabalho.”

Vemos aí um movimento sindical mais qualificado, mais lúcido, mais esclarecido do que vem acontecendo na economia e no mundo do trabalho.

No jornal Indústria & Comércio, novembro de 1996, em encarte especial destaca: “Phillip Morris, Uma Potência Mundial”. E segue a matéria... “A Phillip Morris é o maior empresa de bens de consumo não-duráveis do mundo, Sua meta agora, é consolidar definitivamente esta posição, aprimorando cada vez mais a qualidade de seus serviços. São cerca de 165 mil funcionários, de todas as nacionalidades, espalhados por todo o mundo, dezenas de plantas industriais nos quatro continentes e forte presença comercial em mais de 140 países. Em nosso País, a força e a filosofia do grupo estão presentes nas empresas Phillip Morris do Brasil, representadas em Curitiba, desde 1973, pela Phillip Morris Marqueting, que atua no mercado de cigarros. A fábrica da Cidade Industrial de Curitiba é hoje a maior fábrica de cigarros da América Latina e a terceira maior da Phillip Morris fora dos Estados Unidos. A meta é fechar 1997 com um faturamento de US\$ 350 milhões.” Seu Diretor, Aidir Parizzi afirma: “Os programas internos buscam a criação de uma cultura participativa dentro da empresa”. O que caracteriza já a nova pedagogia do processo de reestruturação produtiva. Mas é contraditória, na medida em que esta realidade contrasta com a história de luta e organização dos trabalhadores dentro da empresa.

No ano de 1997 o sindicato dos Fumageiros, reestrutura-se para enfrentar esta nova realidade. Mudam o nome de seu Jornal para o “Fumageiro” e lançam a campanha de filiação, “10 Anos de Luta”. Estruturam os cursos de Formação dos dirigentes Sindicais e os cursos para a categoria. Lançam uma pesquisa para levantar o pensamento da categoria a respeito do próprio sindicato, dos problemas existentes dentro da empresa e na sociedade. O resultado de tudo isso foi a filiação de 98% da categoria no sindicato. Índice inédito na história do sindicalismo brasileiro, fruto do trabalho desenvolvido pela entidade desde sua criação.

Em editorial de “O Fumageiro” de outubro de 1997, seu Presidente José Agnaldo Pereira, comentando a pesquisa afirma: “O fato de 89% dos trabalhadores declararem estar contentes com o sindicato muito nos honra. Mais de 80% dos trabalhadores querem a redução da jornada sem redução dos salários. E isso demonstra a disposição de nossa categoria para uma das principais batalhas dos trabalhadores em todo o mundo, diante da situação de desemprego crônico, causado pela implementação das novas tecnologias, do processo de modernização das empresas e da implementação do chamado projeto neoliberal implementado no Brasil.

O processo neo-liberal leva não só à perda de conquistas históricas dos trabalhadores como também ao chamado desemprego conjuntural, fruto do baixo nível de crescimento da economia.

No item político a maioria revelou que não votaria num candidato apoiado pelo Presidente. Isso é para que ele reveja sua política de subordinação às elites, de desemprego e penúria para os trabalhadores. Outra questão importante é que apesar de sermos trabalhadores urbanos a grande maioria apóia a luta pela reforma agrária como forma de acabar com os conflitos no campo e criar empregos para o povo.

É inadmissível que no limiar do ano 2000, ainda não tivemos resolvida esta questão. E vamos deixar bem claro, afirma Agnaldo: *a bandeira da reforma agrária não é uma tese de caráter socialista, é capitalista. Pois cria proprietários. O que existe é uma mentalidade extraordinariamente atrasada dos latifundiários e dos governos que os defendem. Sem contar que o processo de modernização tira o homem do campo que vai encher os bolsões de miséria na periferia das*

idades. É por isso que nossos companheiros, mais de 90% disseram apoiar a luta pela reforma agrária no Brasil."

Este depoimento retrata também uma visão ampla e uma preocupação dos trabalhadores urbanos com o que acontece no campo e da necessidade da unidade dos trabalhadores urbanos e rurais.

O ano de 1998 iniciou-se com novas perspectivas, pois haveria eleição presidencial. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, vai disputar sua reeleição. Inicia-se a formação da frente de oposições. No Jornal "A classe Operária, de janeiro deste ano, Aldo Rebelo, Deputado Federal coloca-se da seguinte maneira: "A política de resistência ao neoliberalismo pode alcançar importantes vitórias, se a unidade das esquerdas se consolidar como núcleo da frente contra o governo e grandes mobilizações populares forem organizadas."

Em matéria da "Revista Princípios" (abril de 1998), Renato Rabelo aponta a necessidade de um programa para as oposições. Diz ele: "*O programa dos partidos de oposição deve romper o equilíbrio político dominante, fortalecer o Estado Nacional e adotar um novo modelo de desenvolvimento baseado nas necessidades do povo e do país.*"

O Sindicato dos Fumageiros comemora em 1998 os seus dez anos de existência. Um mil de setecentos trabalhadores somente na fábrica de Curitiba. Os trabalhadores e seus familiares, lotaram as dependências do sindicato num grande baile da categoria que contou com a presença de inúmeras autoridades e sindicalistas. Em editorial de "O Fumageiro" de abril de 1998, seu Presidente emocionado fala aos trabalhadores: "*Pensei em fazer um retrospectiva de todas as nossas lutas, das nossas greves históricas, de nossas batalhas travadas, de nossas vitórias, desde o início de nossa organização. Não vou fazer isso, porque isto está marcado para sempre, nos corações e nas mentes de todos aqueles que estiveram conosco nesta caminhada. Se existe alguém que deve ser homenageado nesta data esse alguém é toda a categoria fumageira, os companheiros e companheiras que com suas famílias, são a razão fundamental da existência deste sindicato. Porque foi com o trabalho, a união e a dedicação de homens e mulheres como vocês que conseguimos construir esta sede, esta importante trincheira de luta dos trabalhadores*". Ao analisar as mudanças no mundo da produção e do trabalho afirmou: "*É muito maior a exigência de preparação profissional, de qualificação, de formação política e de organização*

dos trabalhadores. O desemprego é a face mais cruel deste modelo de desenvolvimento que vem sendo aplicado neste país. É um absurdo que 57% da população economicamente ativa, já não tenha carteira assinada". Falou do patrimônio dos trabalhadores: "Construímos nestes dez anos de existência um patrimônio razoável. E esta Sede é a expressão de que com trabalho sério, uma categoria unida e aplicação correta dos recursos é possível ir construindo os instrumentos necessários para poder representar condignamente os trabalhadores. Estamos construindo a escola do sindicato, os cursos de Informática, Inglês e Espanhol iniciam em maio. Queremos ter a chácara dos Fumageiros ainda este ano. Estamos também abrindo o sindicato para o debate com a sociedade. Porque o papel do sindicato não é só lutar por melhores salários, melhores condições de vida e trabalho. O papel do sindicato é muito maior: é o de ajudar na luta pela transformação da sociedade. Porque queremos uma sociedade mais justa e mais humana". Por último ensinou: "Vai haver eleições. E todos nós como cidadãos devemos participar ativamente. Precisamos eleger Presidente, Governadores, Senadores, Deputados que estejam comprometidos com a nossa causa. Precisamos mudar a composição da Câmara e das Assembléias e colocar lá deputados que defendam com ética e espírito público, os interesses da grande maioria do povo, não das elites. O sindicato é a casa de todos os trabalhadores!".

Em setembro de 2003 "O Fumageiro" analisa a situação do país. "A crise atinge o Brasil, se analisarmos o modelo econômico adotado até aqui baseado na extraordinária valorização do real, na abertura excessiva da economia e, na dependência cada vez maior do financiamento externo, vamos notar o quanto este governo deixou o país vulnerável aos ataques do capital especulativo internacional.

A nossa indústria foi desestruturada, a agricultura devastada (importamos até arroz e feijão). O desemprego atingiu o nível mais alto da história e os trabalhadores caíram na informalidade, diminuíram os gastos sociais e as conquistas trabalhistas do passado estão sendo paulatinamente retiradas. Não negamos a importância do real.

Mas é preciso dizer que o governo devia ter tomado medidas para preparar o país, desde a crise Mexicana, antes da Asiática e antes da crise Russa. E ao não fazer isso, conduziu o país a um endividamento externo e interno

desastroso. Esta política de altos juros detonou as finanças públicas, federais, estaduais e municipais, levando ao déficit de 7% do PIB. A dívida interna passou de 60 bilhões de reais em 1994 para mais de 300 bilhões. A dívida externa chegou a 212,5 bilhões de reais. Só de juros o governo paga 60 bilhões por ano”.

Esta singela análise da conjuntura econômica naquele momento, revela que o movimento sindical tinha consciência da situação e apontava aos trabalhadores a necessidade de mudanças profundas no país. Ou seja, da necessidade de um novo projeto econômico e político para o Brasil.

O resultado eleitoral porém frustrou as expectativas de mudanças. O Presidente reeleito, logo após o pleito, baixou um pacote econômico recessivo, acordado com o Fundo Monetário Internacional, de efeito devastador. A premissa era a de que “quem debelou a inflação com o “Plano Real” vai também debelar o desemprego. Na verdade quem foi eleito foi o “real” não o candidato. O pacote não se limita às iniciativas de cunho fiscal, aos juros extratratoféricos e à perspectiva de mais recessão. Além da reforma política, restritiva à democracia, o governo aproveitou a crise para ampliar a ofensiva pelas “reformas estruturais”.

Nelas dedica um capítulo especial ao movimento sindical e aos trabalhadores. Através de medidas provisórias, busca instaurar a suspensão temporária do contrato coletivo de trabalho, pela qual o trabalhador demitido vai esperar até cinco meses para receber os direitos da rescisão. Para compensar afirma que concederá três meses adicionais de seguro-desemprego para quem está empregado a mais de um ano.

Anuncia a intenção de reformar a constituição, pondo fim a unicidade sindical, ao poder normativo da Justiça do Trabalho e ao Imposto Sindical. O propósito é abrir caminho para a constituição de sindicatos por fábrica ou empresas, debilitar as organizações sindicais, enfraquecer, fragmentar e dividir as categorias para impor a depreciação dos salários, a redução dos direitos e a precarização de contratos e condições de trabalho.

Trata-se de medidas que a pretexto de reduzir o famigerado “custo Brasil” visa depreciar o valor da força de trabalho como meio de elevar as margens de lucro do capital e, pretensamente, viabilizar, por esta via, uma recuperação das taxas de investimentos e crescimento econômico.

Mas as atitudes do capital transnacional no mercado globalizado demonstram que não é só o capital financeiro volátil, que sai e entra do país

quando bem entende e de acordo com a ânsia de lucros fáceis. Também as empresas realizam estas façanhas.

Em agosto de 1998, a Phillip Morris do Brasil convoca uma reunião com o Sindicato dos Fumageiros e, sem nenhum comentário anterior comunica a demissão de cerca de 800 funcionários. Os diretores do sindicato imediatamente se dirigem à porta da fábrica com o objetivo de impedir as demissões. Mas os trabalhadores pouco a pouco vão saindo de cabeça baixa, tristes, porque estavam sendo demitidos sem qualquer aviso anterior e sem saber porque. Um acampamento é montado. Havia duas estratégias, ou invadir a fábrica ou tentar a negociação como meio de impedir o fechamento total da fábrica. Mas não havia possibilidade alguma de negociação. A decisão de já estava tomada. Foi uma surpresa enorme para todos.

Em matérias de praticamente todos os jornais de Curitiba a manchete é a mesma: "Phillip Morris demite 800 trabalhadores". "A maior demissão de sua história, 800 trabalhadores do setor de produção foram demitidos. Cerca de 1000 funcionários foram mantidos. Segundo explicou o Vice Presidente da empresa, Sr. Clodoaldo Celentano, a crise da Rússia, contribuiu para a queda de 60% das exportações e a redução de 16% no consumo de tabaco no mercado interno, estes foram os motivos que os levaram a tomar esta decisão. O corte foi comunicado ao Secretário de Indústria e Comércio e ao Prefeito da Capital que colocaram a disposição dos funcionários os seus Programas de Assistência Social. Nestas demissões a empresa gastou US\$ 5 milhões." E mais adiante..."Produtores de fumo paranaenses devem ser prejudicados". "O Brasil ao lado dos EUA, ocupa o segundo lugar no fornecimento de tabacos. No momento a planta está em pleno desenvolvimento, sendo que o fumo é comprado apenas uma vez ao ano."

O sindicato estruturou a sua sede para receber e orientar os demitidos e realizar as homologações. Era um desastre geral. As famílias não tinham qualquer perspectiva. Para a empresa lucros em outros cantos do mundo. Para os trabalhadores, a amargura do desemprego, a desesperança, as incertezas.

Mas era preciso enfrentar a situação. E foi isso que os Diretores do sindicato fizeram. Iniciaram as negociações com a FIEP-Federação das Indústrias do Estado do Paraná, o governo do Estado, as autoridades competentes. A todos expuseram a situação. Não era justo uma empresa ter incentivos fiscais enormes,

ser construída a custa da força de trabalho de centenas de operários, obtido extraordinários lucros e, sem mais nem menos, sem dar explicações para ninguém, demitir os trabalhadores em massa.

No processo de negociação o sindicato conseguiu o pagamento dos encargos trabalhistas, mais 20% do salário por ano trabalhado, adicional por idade, manutenção da assistência médica e seguro por um período de seis meses. Além disso conseguiu segurar 400 demissões e a implantação de um PDV-Plano de Demissão Voluntária. Aderiram ao Plano 200 trabalhadores. Restaram 200. Entretanto a produção estava totalmente paralisada. Após 90 dias veio a decisão mais atroz. A decisão era de fechar totalmente a fábrica.

Em 3 de fevereiro de 1999, o Jornal "O Estado de São Paulo" dá a notícia: "A Phillip Morris resolveu fechar a fábrica em Curitiba, os cerca de 1000 funcionários estão afastados da linha de produção há mais de 90 dias sob licença remunerada. A decisão de fechamento ocorre três meses após a demissão de 900 funcionários. O grupo culpa a Rússia e o Leste Europeu porque as encomendas pararam. A empresa anunciou o PDV – Plano de Demissão Voluntária. E os funcionários foram comunicados em casa por meio de cartas, que foram enviadas no último domingo."

Era a estratégia da empresa no sentido de evitar o ajuntamento dos trabalhadores e as suas manifestações.

O "Jornal do Estado" em matéria de Patrícia Ribas, de 3 de fevereiro de 1999, relata: "Os 1000 funcionários das fábrica de Curitiba da Phillip Morris tem até quinta-feira para aceitar a proposta de demissões voluntárias. O diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fumo do Paraná (Sindifumangeiros), Zenir Teixeira, diz que cerca de 100 funcionários devem aderir ao Programa. Teixeira diz que, se houver demissões fora do PDV, o sindicato mobilizará os trabalhadores para uma invasão da fábrica. (Em tempo, Zenir não era diretor do sindicato e sim da Central Geral dos Trabalhadores-CGT).

O jornal "O Estado do Paraná", de 1º de novembro de 1998, publica notícia de Nova York, diz: "A Phillip Morris, gigante do ramo do fumo, faz a segunda maior fusão da história dos Estados Unidos, concluiu acordo para a compra, por 13,1 bilhões de dólares à vista, a Kraft Inc., a maior empresa de alimentos do país. A companhia resultante será a maior do mundo na produção de bens de consumo, deslocando para o segundo lugar a empresa anglo-holandesa Unilever".

Uma unidade desta empresa estava instalada em São Paulo.

Em meio a tudo isso Diretores do Sindicato descobrem que a Phillip Morris tinha a intenção de mudar esta unidade, da cidade de São Paulo para o interior daquele Estado. Inicia aí a influência do Sindicato dos Trabalhadores no trabalho de trazer para Curitiba a unidade da empresa de São Paulo. Em audiência com o governador do Estado do Paraná, a Diretoria do Sindicato expõe a situação e propõe uma reunião do alto comando da empresa com o governador, o Secretário de Indústria e Comércio e o sindicato. Os Diretores da empresa aceitam a proposta e é marcada uma reunião. Nesta reunião iniciaram as negociações para a transferência da empresa para Curitiba, como forma de compensar o fechamento da unidade de cigarros.

Havia um problema enorme para os trabalhadores resolverem. Pois a transferência da fábrica para Curitiba implicava na demissão dos trabalhadores em São Paulo.

O “Jornal do Estado” de fevereiro, noticia: “Fábrica da Tang pode vir para Curitiba no lugar da Phillip Morris”. “O Diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentos de São Paulo, Aparecido José de Oliveira, afirma que a fábrica de sucos em pó Tang será transferida para Curitiba, para o terreno da Phillip Morris. Oliveira diz que a transferência resultará na demissão dos 350 funcionários da Tang”.

As negociações avançaram. O Sindifumageiros conseguiu um acordo no qual os funcionários demitidos teriam assegurado seus empregos na nova unidade. Os trabalhadores teriam que qualificar-se para executar o trabalho na nova empresa. Assim é que foi estabelecido um convênio e criada a Universidade do Alimento – UAL, com a participação do SENAI, da Kraft e do Governo do Estado com o objetivo de qualificar os trabalhadores.

A fábrica foi realmente instalada em Curitiba. Iniciou com cerca de 350 funcionários, com a perspectiva de em 2003 passar a ter 3.000 trabalhadores empregados. A própria Sede da Kraf Foods do Brasil foi transferida de São Paulo para a capital do Paraná.

O sindicato dos trabalhadores teve que se adaptar a nova realidade, com poucos recursos. Iniciaram aí as negociações com o sindicato do setor de alimentos para a mudança dos estatutos e a estruturação organizativa para a nova linha de produção.

A situação do país no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso agrava-se. As manifestações populares foram crescendo. Em 26 de março mais de 30 mil pessoas participaram de atos de protesto convocado pelas centrais sindicais contra a política do governo. Em passeata no Rio de Janeiro em 20 de abril, 5 mil pessoas manifestaram-se, esta teve a presença de Barbosa Lima Sobrinho com a autoridade dos seus 102 anos, disse: "Até os últimos dias de minha vida, não estarei ausente das lutas pelas causas de interesse do Brasil".

Em 21 de abril, na comemoração do Dia de Tiradentes, Ouro Preto foi ocupada por 50 mil manifestantes. Basta de FHC! Lia-se em uma faixa. Os protestos de 1º de Maio em todo o Brasil superaram as expectativas. O de São Paulo teve 50 mil presentes, o maior desta década. Foi criado o Fórum Nacional de Luta em Defesa do Brasil, com a participação das entidades sindicais e populares e dos partidos de oposição.

O professor de Teoria Política da IUPERJ, Guilherme dos Santos, falando sobre o papel dos trabalhadores neste processo, ensina: *"Penso que é um papel de pedagogia política, que não pode parar. É preciso que o movimento social faça muito barulho, que ajude a acordar a vasta classe média brasileira. Ela não é reacionária nem revolucionária, mas para onde ela pende, as coisas mudam. Não acredito que os trabalhadores vão conseguir, a curto prazo, grandes coisas em termos materiais. O movimento sindical vive uma fase de dificuldade, perdendo sua capacidade de revidar aos ataques. A situação é adversa e a luta, com o crescente desemprego, é difícil. As melhorias econômicas só ocorrerão com mudanças no rumo do país"*.

Após um ano de dificuldades, o governo procura recuperar a iniciativa política. Mas a realidade vai impondo contingências enormes. Dos 31 programas federais voltados para a população carente, 25 sofreram cortes de verbas devido ao pacote fiscal imposto pelo FMI. A área social perdeu neste ano R\$ 2,04 bilhões. Uma pesquisa do IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor), divulgada em fevereiro, destruiu de vez a propaganda de que a privatização serviria para satisfazer os "consumidores". Em São Paulo os consumidores de baixa renda, arcaram com um aumento real nas tarifas de energia de 324,25% entre 95/99. Já a assinatura básica dos telefones aumentou 2.500%. Segundo estudo do economista Marcio Pochmann, o Brasil pulou de quinto para terceiro lugar no ranking mundial de desemprego aberto. A pesquisa, feita com base nos dados

oficiais de 141 nações, indica que o país, com 7,7 milhões de desempregados, só fica atrás da Rússia (9,1 milhões) e da Índia (39,9 milhões). Em 90 o Brasil ocupava a oitava posição; cinco anos depois, já no governo FHC, passou para o quinto lugar; e, agora, atingiu a terceira colocação.

Para enfrentar esta situação CUT, CGT e Força Sindical decidiram se unir na luta pela redução da jornada. Chegaram a lançar uma campanha nacional com o objetivo de conseguir 1 milhão de assinaturas para um projeto de emenda constitucional pela redução da jornada de 44 para 40 horas semanais. De acordo com o Dieese, dos 24 milhões de assalariados no mercado formal, 17 milhões trabalhavam acima de 40 horas. A discussão sobre o valor do salário mínimo provoca polêmica no congresso. Se o mínimo subisse para US\$ 100, elevaria em R\$ 6,8 bilhões os gastos da previdência; mas só com os juros das dívidas o país desembolsava cerca de R\$ 100 bilhões. Segundo pesquisas, o valor do salário mínimo deveria ser de R\$ 489,00 para garantir o mesmo poder de compra de quando foi criado, em 1940.

A Proposta de Emenda Constitucional do governo, alterando o artigo 7º da Constituição, procura impor a chamada “livre negociação”. Por ela, a negociação de direitos trabalhistas, como 13º salário, FGTS e pagamento de férias, teria que ser feita entre patrões e empregados. A PEC 623/98 previa a alteração do art. 8º da Constituição instituindo o pluralismo sindical e o fim do poder normativo da justiça do trabalho. O PLC 434/99, isntituia a perda do cargo público por insuficiência de desempenho. O PLC 57/99 extinguiu a universalidade do instituto do concurso público e impunha o regime celetista aos servidores. O PLC 9/99 regulamenta o regime de previdência complementar, impondo regras prejudiciais aos trabalhadores. A PEC 85/99 desvincula créditos orçamentários, desobrigando a união da obrigatoriedade da aplicação dos recurso nas áreas sociais e passaram a ser usados para o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública. A PEC 136/99 impunha a contribuição dos inativos e pensionistas. Manobra rechaçada pelo Supremo Tribunal Federal. A MP 1.950-60, publicada no Diário Oficial da União de 04/02/2000, impede a existência de cláusula de reajusta salarial automático obrigando que qualquer negociação seja descontada na data-base. Reafirma também o efeito suspensivo dos recursos impetrados no TST, o mesmo mecanismo autoritário do regime militar. A MP de 12/01/2000, determina

que a inclusão do FGTS e seguro desemprego dos domésticos seria apenas uma opção do empregador.

“Entretanto a luta dos trabalhadores ainda se dá de forma fragmentada. A unidade das forças antineoliberais mantém-se precária; alguns setores acreditam na humanização da “globalização” e outros pregam ações isolacionistas, sectárias; e a construção de uma plataforma alternativa exequível ainda demanda muito esforço”, diz Altamiro Borges, Editor da Revista Debate Sindical.

É no final do ano de 1999 que lança-se o “Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho”. O primeiro passo para a constituição deste movimento foi a constituição de um Conselho da “Frente das Oposições”, formado por intelectuais, professores, juristas, religiosos, artistas, cientistas, personalidades de setores profissionais... Este Conselho elaborou uma primeira versão do Manifesto, caracterizando-o como documento de amplas forças sociais.

O documento sintetiza o anseio popular por mudanças no país: a soberania nacional; o problema da democracia; e os direitos dos trabalhadores. Foram quase três meses de discussão. A primeira parte faz uma análise atual da sociedade brasileira sob a aplicação do projeto neoliberal, mostrando os retrocessos nas áreas econômica, política e social. “Foram-nos impostas a desestruturação do Estado e a privatização como condições de ‘modernidade’.

Assim foi desorganizada e desnacionalizada a infra-estrutura de nosso país, concentrada em monopólios e oligopólios privados.” A Segunda parte é uma plataforma que propõe um novo caminho, um novo governo, um novo projeto para o país. Três bandeiras se destacam: a reconquista da soberania do país, o desenvolvimento da democracia e a retomada e ampliação dos direitos sociais. O documento orienta o povo a se organizar. E incentiva sua organização em todos os Estados.

O manifesto termina conclamando o povo a se unir numa ampla frente no sentido de buscar um novo rumo para o país. Com os dizeres: *“Este Movimento Cívico em Defesa do Brasil, que hoje se constitui em plano nacional, é entregue à vontade e ao engenho dos brasileiros, que saberão organizá-lo em todos os estados da Federação, em todos os municípios, no campo e nas cidades, nas fábricas e nas escolas, nas vilas e nos bairros, onde quer que pulse a alma nacional, onde quer que se encontre um patriota. A Nação não será destruída. O destino do povo não será trapaceado. Nossa juventude tem o direito de poder*

acreditar no seu futuro e no futuro do Brasil, no futuro de um mundo melhor, que saberá construir. Nós nos levantaremos. Vamos nos reunir, todos os não-acomodados. Vamos somar nossas forças e vamos vencer. Viva o povo Brasileiro.” Vai assinado por Luiz Inácio Lula da Silva, João Amazonas, Leonel Brizola, Itamar Franco, Oscar Niemeyer, Olívio Dutra, Aziz Ab’Saber, Miguel Arraes e muitos outros.’

“*Um outro mundo é possível*”. Com esta convicção, 4.702 delegados de 117 países participaram, em Porto Alegre (RS), do Fórum Social Mundial. Ocorrido entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, este foi o maior e mais amplo encontro internacional já realizado contra o neoliberalismo. Espaço destinado ao protesto e ao debate, o Fórum Social Mundial será lembrado pela tolerância e respeito à diversidade de opiniões. Logo na abertura do evento, uma “marcha contra o neoliberalismo e pela vida” reuniu mais de 15 mil pessoas em passeata pelas ruas da capital gaúcha.

Enquanto em Porto Alegre (RS) ecoava o grito pelo fim do neoliberalismo, em Davos, na Suíça, o Fórum Econômico Mundial reunia os defensores do pensamento neoliberal. A contraposição foi inevitável, como vimos via satélite.

A plataforma das centrais sindicais mundiais presentes ao evento, foi a seguinte: adoção de medidas de incentivo às indústrias nacionais, o fortalecimento do Mercosul para enfrentar o acordo da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), o fim das barreiras protecionistas dos EUA e dos países europeus aos produtos latino-americanos e a diminuição do comprometimento de recursos das nações latino-americanas com o pagamento de dívidas externas.

Eduardo Esteves da CMT-Confederação Mundial do Trabalho destacou: “A experiência deste Fórum marca o início de uma nova etapa de propostas em direção a um mundo mais justo e solidário. O Movimento de trabalhadores deve ser um dos atores principais da mudança social”.

O ano de 2001 foi marcado por grandes acontecimentos, estes gestaram as condições para mudanças mais profundas no país. A base fundamental foi a percepção do fracasso da aplicação no Brasil das teorias neoliberais e suas conseqüências para o conjunto do povo. Isto possibilitou as premissas para o questionamento mais qualificado do modelo econômico, político e social até então colocado em prática e, de certa forma, consolidado nas gestões do governo Fernando Henrique Cardoso.

Surgiram assim, as condições para a formulação de um novo projeto econômico e político para o Brasil.

Na discussão do programa alternativo despontam algumas questões entre uma proposta de mudança da ordem neoliberal imperante e a de manutenção dos fundamentos dominantes com variações de ênfase no social e no papel do Estado – semelhantes a uma “terceira via” à brasileira. Uma primeira posição defende como possível uma “inserção soberana” no mundo globalizado, mantendo os mecanismos básicos da relação com os círculos financeiros internacionais e não considerando, concretamente, as transformações internacionais das últimas décadas.

Porém, a posição realmente soberana não pode submeter o crescimento econômico à continuação da estabilidade com liberdade dos mercados, principalmente de capitais, nem se subordinar à posição imposta ao país pela potência hegemônica no contexto da ordem mundial atual. Deve-se, em contraposição, repousar o financiamento na poupança e em mecanismos internos e buscar sistemas de proteção nacional, exatamente como fazem os países imperialistas.

A questão fundamental é que estavam dadas as condições para o surgimento de uma ampla frente de oposições e da eleição de um governo de reconstrução nacional. E isso passava pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidir o país, apesar de estarem em disputa diversos candidatos dos mais variados matizes. A campanha polarizou entre o candidato do governo José Serra e o das oposições, Lula da Silva.

A revista “Veja” de 1º de maio de 2002, artigo: “A Herança de FHC”, diz o seguinte: “O candidato que vier a vestir a faixa presidencial herdará um endividamento interno que segundo as projeções da LCA Consultoria, chegará a 57,5% do PIB ao final de 2002 – algo como R\$ 729 bilhões. Herdará também um rombo nas transações internacionais de US\$ 22 bilhões em 2002 e um passivo externo de US\$ 400 bilhões.” “Lamentavelmente o Brasil vai caminhando para o abismo”, afirma o economista Paulo de Castro.

1.4 O governo lula

Lula em memorável campanha, com uma aliança ampla, arrebatou a eleição. Pela primeira vez, na história do Brasil, um candidato oriundo da classe

operária e não das elites, ascende ao poder. Todas as esperanças da nação estão depositadas neste homem que surgiu do sertão nordestino, passou pelas fábricas do ABC paulista, tornou-se sindicalista, o maior líder sindical do país, sofreu a repressão militar, ajudou a organizar um partido e com apenas o quarto ano primário, chega ao cargo máximo da nação, depois de amargar, junto com as forças populares, três derrotas eleitorais.

1.1.2. As Reformas no governo Lula

No Jornal "Alimentação" nº 2 de dezembro de 2002, (a mudança de nome deve-se a mudança da produção de cigarros para a produção de alimentos), José Agnaldo Pereira destaca o seguinte: *"chegamos ao final de mais um ano. Um ano de lutas e realizações. Se por um lado a classe trabalhadora sofreu com as investidas do governo neoliberal, com o desemprego, a exclusão, a informalidade, o arrocho nos salários e muitas dificuldades, por outro, tivemos também vitórias importantes. E a maior e mais importante foi a vitória de Lula, de um operário para Presidir nosso país. Ela tem um significado histórico para todos os trabalhadores, abre caminho para a solução dos problemas e para a construção de um novo Brasil, mais justo, mais solidário, mais humano, onde os trabalhadores possam ter esperança de viver com dignidade. Esta é a nossa expectativa! Temos hoje um força significativa. Somos hoje quase 5 mil trabalhadores e trabalhadoras. Precisamos agora consolidar nossa unidade em torno de objetivos que possibilitem a melhoria de nossas condições de vida e de trabalho. Lula já chamou os sindicatos e as Centrais Sindicais para participarem da formulação dos projetos que haverão de tirar o país do atoleiro em que se encontra. Haveremos de participar das discussões das reformas da previdência, tributária e principalmente das reformas trabalhista e sindical, tendo em vista a defesa dos interesses dos trabalhadores e novas conquistas."*

No dia 8 de março de 2002, mais de trezentas mulheres participam de um encontro na Sede do Sindicato. "O encontro foi uma demonstração de que é possível sim a participação da mulher no sindicato. Caiu por terra o conceito de que 'sindicato é coisa de homem'. Demonstrou também o grau de consciência de nossas companheiras e a necessidade cada vez mais importante de conhecer,

organizarem-se e lutarem pelos seus direitos. Temas como a saúde da mulher, as discriminações, salário igual para trabalho igual, luta contra a violência, pela igualdade de gênero, acesso aos cargos de chefia, importância dos departamentos femininos etc. tomaram a pauta. Além dos temas específicos as mulheres destacaram a importância da eleição de Lula, de sua participação na vida política e sindical. Posicionaram-se contra a guerra de rapina no Iraque: “um outro mundo é possível e as mulheres mais do que nunca sabem que a guerra não pode fazer parte deste novo mundo”, afirmam em manifesto.

Em editorial do jornal “Alimentação” de março de 2003, vimos o seguinte: “A guerra é a barbárie. Não se admite à humanidade, em pleno século XXI, tamanha insanidade. Todos sabemos que os Estados Unidos querem impor a sua hegemonia econômica, política e militar em qualquer país que ouse discordar de seus intentos. Ontem foi o Afeganistão, hoje o Iraque. E amanhã, quem será? – Se hoje é o petróleo, amanhã quem garante que não será a Amazônia? Os povos devem ter assegurado o seu direito de auto-determinação. Não foi assim no Brasil? – Se havia uma ditadura, coube ao povo brasileiro, sem ingerência externa, derrotá-la e implantar um regime democrático. A vitória histórica de Lula, foi uma lição. Os povos têm no diálogo, da democracia, na diplomacia, maneiras racionais para resolverem os seus conflitos. A paz é o caminho, A guerra é inadmissível!”, afirma Agnaldo.

Aí notamos a evolução do pensamento das lideranças sindicais, não só com os problemas econômicos, mas também com os acontecimentos nacionais e internacionais e um posicionamento firme diante da realidade.

“O grande desafio de qualquer governo é promover a união do país dos que puderem e podem se beneficiar dos grandes potenciais econômicos, culturais e naturais do Brasil com o país dos que ainda não puderam. Entre os que têm acesso aos serviços de saúde. De educação, o acesso à terra, e os que não tem. Enfim, o grande desafio é superar esta divisão sabendo interpretar o desejo de mudança para melhor do país. É saber mudar unindo”. Revista “Um Brasil para todos”. Secretaria de Comunicação da Presidência, nº 01, setembro, 2003.

No final de 2002, o Brasil encontrava-se ameaçado pelo aumento da inflação e do risco-Brasil, pelo descontrole cambial, pela explosão da dívida pública e pelo descrédito dos investidores e instituições financeiras internacionais. Diante disso o governo redefiniu o ajuste fiscal, estabeleceu gastos menores do

que arrecada. Com isso faz o *superavit* primário com o qual paga a dívida pública. Procura controlar a inflação através dos juros altos com receio de comprometer a estabilidade da economia.

Até o final de junho de 2003, a balança comercial apresentou *superávit* de US\$ 9,64 bilhões. O governo procura tirar a economia da estagnação, despertar a produção e criar as condições para o crescimento. “Os números do Crescimento: 8,8 bilhões de reais para financiamento do setor produtivo, com potencial de manutenção e criação de 681 mil empregos; 5,2 bilhões de reais para micro, pequenas e médias empresas; 45 milhões de reais para navios de apoio a plataforma petrolíferas; 32,5 bilhões de reais aplicados na agricultura; 517,4 milhões de reais, em linhas de crédito, para projetos de pesquisa. Além disso, implementa o crédito para a população de baixa renda; programas que visam incorporar tecnologia ao desenvolvimento sustentável; investimentos em energia e rodovias; implantar o Fome Zero; combater a violência e a criminalidade; legalizar lotes e retomar obras de saneamento; 360 milhões de reais para a saúde; erradicação do analfabetismo em 4 anos; combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil; combate à discriminação racial; reforma agrária com crédito, infra-estrutura e assistência técnica; política externa com soberania e solidariedade; diálogo com os atores sociais e as instituições; combate à corrupção; reformas da Previdência e Tributária. Estas são em resumo as premissas para o “espetáculo do crescimento” contidas na primeira edição da revista “Brasil”.

Um dos aspectos positivo fundamental do governo Lula é, sem dúvida, o aprofundamento da democracia. A possibilidade da discussão ampla com a sociedade. Nesse sentido este governo também será, dada a situação em que foi eleito, um governo de pressão e contra-pressão.

Muitos interesses estão em jogo, basta ver como está sendo conduzida a política econômica e mesmo as discussões das reformas no Congresso Nacional. Ao povo e aos trabalhadores em particular é preciso que este governo dê certo. Mas para isso será preciso a mobilização popular no sentido do aprofundamento das mudanças estruturais que o Brasil precisa.

A intenção do governo de promover uma profunda reforma sindical e trabalhista interfere nas relações entre o capital e o trabalho. O empresariado

(federações, confederações e centrais). Mesmo a CUT que sempre pregou o pluralismo expresso na convenção 87 de OIT está dividida. Não há consenso nem nas entidades patronais. Chegaram a propor, “unicidade para o patronato e pluralidade para os trabalhadores”. A mesma divergência permanece quanto ao problema do custeio das entidades.

Do ponto de vista da reforma trabalhista - nada avançou. A única coisa que ocorreu foi o engavetamento do PEC- Projeto de Emenda Constitucional, concebido por FHC que impunha a prevalência do negociado sobre o legislado.

“Não há negar que o novo projeto de legislação trabalhista precisa exercer um diálogo necessário entre o Brasil que temos hoje, após 12 anos de políticas neoliberais e duas décadas de estagnação econômica, e o que se quer daqui para a frente. Do contrário, corre-se o risco de se realizar uma reforma da legislação trabalhista e sindical que termine consolidando o estrago que o neoliberalismo já fez. Ou seja, a reforma via mercado, que transformou empregos assalariados em ocupações desvinculadas da proteção social, trabalhista e sindical, como a profusão de falsos estágios, falsas cooperativas, falsos autônomos e falsa terceirização”, afirma Marcio Prochmann, Prof. Licenciado da Unicamp e Secretário do Trabalho de São Paulo.

“As reformas não resolvem o problema do desemprego” afirma Sérgio Mendonça, há 25 anos atuando no Dieese. “Qualquer mudança deverá ser acompanhada de crescimento na economia, caso contrário, terá pouco efeito”, afirma.

Com assessoria do Dieese as centrais sindicais lançaram a campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. O Presidente Lula já manifestou publicamente o seu apoio à medida, que é uma das prioridades do seu plano de governo. A perspectiva acalentada é a de que a redução de quatro horas na jornada de trabalho resulte na criação de 2 milhões de novos postos de trabalho.

“O sindicalismo brasileiro não é o desastre que afirmam os que querem substituí-lo nem a maravilha que afirmam aqueles que o defendem sem mudanças. Foi com ele que se derrotou a ditadura, se criou um partido de massas, se promoveu a campanha das diretas-já, se convocou a Constituinte, se destituiu um presidente e se elegeu um líder sindical presidente da República”,

afirma Antonio Augusto de Queiroz, jornalista e Analista Político do Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

2. UM A VISÃO DE REFORMA SINDICAL COERENTE

Diante de tantas análises controvertidas a respeito da reforma sindical em curso, ousarei colocar algumas opiniões que me parecem fundamentais neste debate. São opiniões pessoais fruto de estudo, de minhas observações e experiências na atuação sindical que desenvolvo.

A importância destas reformas residem no fato de que podem definir o futuro da organização sindical e dos direitos do trabalho. Acredito que o que se quer destas reformas interessa a toda a sociedade porque além de regulamentar as relações entre o capital e o trabalho, estão associadas a um necessário projeto nacional de desenvolvimento. Penso que é necessário levar em conta a história do movimento sindical brasileiro, como também, a natureza da crise brasileira que compreende duas décadas de estagnação econômica e de dependência do país ao capital financeiro internacional. Nestes últimos anos o que vimos foi a depreciação da força de trabalho e a redução progressiva dos direitos dos trabalhadores. O resultado da política econômica neoliberal implementada no país pelos últimos governantes, resultou na desindustrialização, na desregulamentação do mercado de trabalho, no aumento da terceirização e da informalidade, nos bancos de horas, na queda do poder aquisitivo dos salários e no desemprego em massa.

Por outro lado vimos os altos lucros do capital especulativo financeiro em detrimento do setor produtivo.

Esta realidade foi agravada ainda pela revolução científica e tecnológica, que possibilitou a aplicação sempre crescente das novas tecnologias e de novos sistemas organizacionais, como também da desconcentração da produção. Muitas profissões desapareceram ou estão em vias de desaparecer, surgiram outras com suas conseqüências, como as novas doenças ocupacionais. Tudo isso trouxe conseqüências para o movimento sindical e dificultou em muito a ação das entidades, mesmo no sentido de minimizar os efeitos perversos desta nova realidade.

Precisamos de um novo modelo de desenvolvimento para o país, com base nas reais necessidades do povo, que se oponha ao projeto neoliberal que favorece ao grande capital e que valorize o trabalho, fonte de riquezas e crescimento econômico. Desenvolver o mercado interno é uma necessidade para despertar o “gigante adormecido”. Necessário também reordenar o papel do Estado Brasileiro, estabelecendo prerrogativas para indispensável atuação na defesa dos interesses populares e nacionais.

É dentro deste contexto, em resumo, que deveremos conceber as reformas trabalhista e sindical.

Assim, querer retirar direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, me parece algo inaceitável. Pelo contrário, é preciso ampliá-los. Recompôr o poder aquisitivo dos salários é condição para o fortalecimento do mercado interno e o aumento da produção. A luta pelo pleno emprego, apesar de parecer uma utopia, diante das teorias do tipo “sociedade do lazer”, deve ser uma constante. A redução da jornada de trabalho sem redução do salário, é uma forma de integrar milhões de trabalhadores, é justa porque na medida em que novas tecnologias vão sendo implementadas à produção, com muito menos tempo, os trabalhadores passam a produzir uma quantidade enorme de bens e riquezas. Melhorar o ambiente de trabalho respeitando a saúde mental e física do trabalhador é condição indispensável nas linhas de produção. Uma postura ética contra as discriminações no trabalho, por raça, cor, função ou sexo deve prevalecer.

Tudo isso deve ser considerado pelos que querem de fato acabar com os privilégios, defender os trabalhadores e o país e pavimentar um novo modelo de relações entre o capital e o trabalho.

A fragmentação das organizações sindicais (sindicato por empresa) serve a quem? – A meu ver serve ao projeto neoliberal ou àqueles que querem o enfraquecimento da estrutura sindical existente, não serve a um novo projeto nacional de desenvolvimento. Um projeto deste tipo, exige sindicatos unitários, fortes e representativos. Além disso, este, o sindicato por município ou por ramo de atividade, é a única garantia que, bem ou mal, o trabalhador dos mais longínquos rincões deste país tem para se defender.

O problema do fortalecimento dos sindicatos inicia com a concretização dos princípios da unidade, da liberdade e da autonomia sindical. Mas esta não

pode ser confundida com pluralidade. A unidade é condição fundamental para a luta dos trabalhadores. A liberdade e a autonomia em relação aos patrões e ao governo é condição para a existência das entidades de forma independente e sem tutela do Estado.

Na Constituição de 1988, os trabalhadores romperam com a estrutura ministerialista, com a carta sindical, o estatuto padrão, ampliaram direitos trabalhistas, estendo-os aos trabalhadores do campo, legalizaram a organização para os servidores públicos e proibiram a intervenção do Estado nos sindicatos. Mas não conseguiram garantir o pleno direito de atividade sindical, do direito de greve e da organização por local de trabalho. É preciso regulamentar a comissão sindical de base, com caráter unitário, com integrantes sindicalizados e protegidos por estabilidade no emprego, eleita pelos trabalhadores e organizada e acompanhada pelo sindicato.

Liberdade e autonomia só com unicidade sindical. A unicidade é o mecanismo mais importante para evitar a fragmentação e o sindicato por empresa. No entanto, a realidade tem nos mostrado que não se evitou a atuação de mais de um sindicato no interior das empresas. Principalmente nas grandes empresas. Há vários sindicatos para representar os terceirizados e um conjunto de categorias diferenciadas, o que desorganiza e reduz o poder dos sindicatos na negociação e na mobilização diante do empregador. Nesse sentido nos parece justo ampliar a abrangência das entidades sindicais, no rumo da organização por ramo de atividade. Assim, todos os trabalhadores de uma mesma empresa podem se sindicalizar em um único sindicato. Entretanto, enquanto esta transição ocorrer se respeitará a organização por categoria. Os sindicatos podem ter por base mínima um município, podendo também ter abrangência regional, estadual ou nacional.

Tendo o sindicato como base essencial e a central como entidade máxima, devemos ver como fica a estrutura vertical representada pelas federações e confederações. É preciso aí considerar o ramo de atividade pois nos parece mais adequado para a organização de toda a cadeia produtiva, da extração à distribuição.

As Federações e Confederações, sendo filiadas ou não às centrais, para obterem o estatuto negocial e de celebração de contrato coletivo deverão

obedecer a critérios de representatividade definidos em âmbito estadual e nacional.

As centrais sindicais são organizações máximas e gerais dos trabalhadores e trabalhadoras na medida em que representam o sentido político da luta sindical e a união de todos os trabalhadores. Reconhecidas politicamente, mas não legalmente, devem integrar a estrutura do movimento sindical brasileiro para fortalecer a representação política e econômica na sociedade. Mas para conquistarem sua legalização deverão também obedecer critérios de representatividade, número de trabalhadores sindicalizados, ramos de atividades e organização nos estados e no país.

Em resumo esta estrutura sindical começa pela comissão sindical de base, no local de trabalho; sindicato único por categoria ou ramo de atividade econômica; federação e confederação; centrais sindicais.

A relação entre as diversas instâncias deve ser de filiação.

A sustentação financeira das entidades deverá ser garantida por lei. Assim: 1) Mensalidades, com valores descontados em folha de pagamento; 2) Contribuição negocial, atingirá todos os trabalhadores (as) da categoria por ocasião da convenção ou acordo coletivo cujo valor será definido em assembléia e descontado em folha; 3) Contribuição sindical, deve ser mantida com caráter compulsório e aperfeiçoada pela nova estrutura sindical, definindo-se a destinação dos recursos.

Deverá ser criado o Conselho Nacional de Reconhecimento Sindical – mantido com recursos públicos definidos pelas centrais sindicais e confederações não filiadas às centrais. Objetivos: impulsionar as organizações por ramo de atividade, fiscalizar o registro do sistema sindical, instruir e julgar as reclamações das entidades.

Um código eleitoral deve ser instituído no sentido de garantir a democracia e coibir irregularidades no processo eleitoral sindical.

O Ministério do Trabalho é importante ser fortalecido no sentido de participar das decisões no que diz respeito ao emprego e o trabalho e a definição da política econômica do país.

A criação de um Fundo Nacional do Trabalho, poderá complementar esta proposta. As fontes de financiamento deverão ser definidas democraticamente envolvendo o movimento sindical e o governo.

A transição para este novo modelo deverá ser feita de forma mais democrática possível, consultando e respeitando todas as organizações.

Estas mudanças certamente fortalecerão a unidade do movimento sindical a partir do local de trabalho. Deve-se pensar a partir daí na representação e organização dos segmentos desorganizados. Buscar formas de organização dos informatizados e dos desempregados.

Que este debate frutifique, e que daí brote uma nova e mais dinâmica estrutura sindical no Brasil. Para o bem dos trabalhadores e da nação Brasileira.

CONCLUSÃO

O presente trabalho que ora se finda, não esgotou as possibilidades de pesquisas sobre o tema escolhido, ao contrário, após revisão bibliográfica baseada em noticiários, posto que estes relatam os fatos que ocorrem com presteza e fidelidade, mostrou-se rico e aberto para que outros estudiosos do sindicalismo possam usufruir dessa contribuição.

Procuramos nos aproximar do universo sindical, escolhendo como objeto central o desenvolvimento do sindicato dos trabalhadores na indústria do fumo, principalmente os da Phillip Morris do Brasil, em Curitiba, Paraná. Tal escolha se deu pela proficuidade de dados e por contemplar todas as etapas de desenvolvimento de um sindicato de lutas e conquistas.

A luta sindical iniciada ainda no século XIX, passou por diversas reformas governamentais, isto porque quando o movimento de fortalece o poder tende a desmantelá-lo como forma de minar a força dos trabalhadores. Mas o que se constatou no presente trabalho é que a força sindical se revigora a cada embate trabalhista.

E sem dúvida, o Brasil inicia o século XXI, com a força sindical chegando ao poder e o partido dos trabalhadores assumindo uma posição de destaque na construção dos novos rumos da nação.

É possível que ainda não sintamos os efeitos políticos e sociais desta tomada de consciência do trabalhador brasileiro, muito preocupado com questões salariais, e menos com questões políticas. Mas sente-se de imediato o crescimento do poder sindical, com as greves dos servidores públicos que lutam para não perderem suas vantagens trabalhistas. Isto devido talvez a uma consciência política, por estarem em contato direto com o poder público, tão distante do trabalhador ceelista (Consolidação das Leis do Trabalho).

Assim, este trabalho procurou focar o quanto as teorias políticas, como o neo-liberalismo, o processo de globalização, interferem no modo de produção, ameaçando o trabalhador com desemprego e baixos salários, além da ameaça

constante da automação industrial, necessária ao desenvolvimento industrial, entretanto, há que se pensar na ocupação daqueles substituídos pela máquina.

Por isso, a proposta de reforma sindical aqui apresentada, visa o fortalecimento das instituições defensoras do trabalhador como o próprio Ministério do Trabalho e a criação de um Fundo Nacional do Trabalho, com vistas a regulação e estrutura financeira dos sindicatos, para ampliar suas ações no ambiente produtivo e social.

Sindicato é a força representativa do trabalhador.

BIBLIOGRAFIA

A Crise Atinge o Brasil. **O Fumageiro**. Curitiba, set./ 1998.

A herança de FHC. **Veja**, São Paulo : Abril. 1º de maio/2002.

BRASIL. Artigo 515, alinea "a". **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo 8, capítulo II. São Paulo : Ática, 1990.

BRASIL. Senso de 1989. Brasília, DF: IBGE, 1990.

BRASIL. Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Fumo do Estado do Paraná, entidade de 1º grau. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 25, jan./ 1988.

BRASIL. **Um Brasil para Todos**. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação da Presidência, nº 1, set./2003.

Brasil em crise. Manifesto. PC do B, 26 de maio/1992.

Fábrica da Tang pode vir para Curitiba no lugar da Phillip Morris. **Jornal do Estado**. Curitiba, fev/1998.

Fumageiros vão ajuizar dissídio. **Indústria & Comércio**. Curitiba, de março/1988. Greve na Phillip Morris. **O Estado do Paraná**, 4, mar. /1989.

Greve na fábrica de cigarros de Curitiba. **Gazeta do Povo**, 7, mar./1989.

Impeachment. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, Caderno Política, 26, maio/1992.

MARTINS, Humberto, SILVA, Agenor. O Plano Bresser. **Debate Sindical**, fev/1988, pg. 23

MARTINS, Humberto. Crescimento sustentável. **A Classe Operária**. São Paulo, set./1990

PARANÁ. Portaria, Nº 42/88. Procuradoria Regional do Trabalho. Curitiba : MTJ, 1988.

PEREIRA, José A. Avaliação da greve. **Fumageiros em Luta**. Curitiba: Sindicato dos trabalhadores nas industrias de fumo do estado do Paraná, Ano I, nº 02, mar/1989.

_____. Arregaçar as mangas para que 1993 seja melhor. **Fumageiros em Luta**. Curitiba: Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fumo do estado do Paraná, Ano V, dez/1993.

_____. Pesquisa sobre índice inédito de filiação ao sindicato. Editorial. **O Fumageiro**. Curitiba: Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fumo do estado do Paraná, Ano XIX, out./1997.

_____. Dez anos de sindicato. Editorial. **O Fumageiro**. Curitiba: Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fumo do estado do Paraná, Ano XX, abr./1998.

_____. As reformas. Editorial. **Alimentação**. Curitiba, Ano I, nº 2, dez/2002.

_____. A guerra é a barbárie. Editorial. **Alimentação**. Curitiba, Ano II, mar./2003.

Phillip Morris parou e vai faltar cigarro. **Curitiba Hoje**, 07 de março/1989.

Phillip Morris, uma potência mundial. **Indústria & Comércio**. Encarte, novembro/1996.

Phillip Morris fecha fábrica em Curitiba. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 3 fevereiro/1999.

Phillip Morris promove fusão. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 1º nov./1998

Pós-Neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático. **Revista Princípios**. São Paulo, nº 38, 1994.

44ª reunião da SBPC. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18, julho/1992.

Conferência das Américas FSM e CGT. **A Classe Operária**. São Paulo, nº 111, out./1993.

RABELO, Renato. Houve socialismo na URSS? **Revista Princípios**. São Paulo: nº 23. dez/1991

_____. Políticas de Resistências. **A Classe Operária**. São Paulo, jan./1998

REVISTA BRASIL. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência. nº 01, Set./2003.

REVISTA DEBATE SINDICAL, São Paulo : CES edições de maio/1985, dezembro/1988, janeiro/1989, junho/1991, julho/1991, março/1996, novembro/1999.

REVISTA EXAME. São Paulo: Abril. Ano 28, nº 19, setembro de 1995.

REVISTA DA CGT. São Paulo : CGT. Ano I, nº 1, Abril de 1986.

REVISTA PRINCÍPIOS. São Paulo : ANITA LTDA. edições de abril/1998, março de 1990, junho/1990,

RIBAS, Patrícia. Demissões voluntárias na Phillip Morris. **Jornal do Estado**. Curitiba, 3 de fevereiro/1999.

RUY, José Carlos. A presença comunista na CG. Artigo. **Debate Sindical**. São Paulo: Mar./1990

SCHHWARTZ, Gilson. Hiperinflação. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 de fev./ 1990.

TRT concede reposição a fumageiros. **Indústria & Comércio**. Curitiba , 21 de mar./1989.